

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR**

2014/2015



TIG

**O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE
OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR
NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA
(1961-1974)**

CAP INF Clemente Narciso

CAP CAV Marques Teixeira

CAP MAT Moreira dos Santos (Coordenador)

CAP INF Dias Afonso

Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior
(CPOS) 2014/2015

Pedrouços 2015



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O COMANDO MISSÃO NA CAMPANHA MILITAR
NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA
(1961-1974)**

CAP INF Clemente Narciso

CAP CAV Marques Teixeira

CAP MAT Moreira dos Santos (Coordenador)

CAP INF Dias Afonso

Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior
(CPOS) 2014/2015

Orientadores: MAJ INF Pedro Miguel Moreira Ribeiro de Faria
MAJ TM David Lopes Antunes

Pedrouços 2015



Índice

Lista de abreviaturas	vii
Lista de siglas	vii
Lista de acrónimos	viii
Introdução	1
1. Revisão da literatura.....	4
a. Evolução do Comando Missão	4
b. Conceito da Função de Combate Comando Missão	4
c. Tarefas da Função de Combate Comando Missão	6
d. Sistema do Comando Missão	8
2. Metodologia	10
3. Comando Missão na Campanha de Angola	12
a. Identificar e analisar o Processo Operacional.....	12
(1) D1 – Direção do Processo Operacional pelos Comandantes	12
(2) D2 – Condução do Processo Operacional pelo Estado-Maior	16
b. Caracterizar as atividades de informação e influência	19
(1) D3 – Meios e processos de criação de efeitos em Audiências Alvo	19
(2) D4 – Ligação com entidades locais.....	21
c. Caracterizar e identificar as atividades ciber/eletromagnéticas.....	24
D5 – Guerra eletrónica	24
d. Identificar Operações de Assunto Civis	26
D6 – Condução de Assuntos Civis.....	26
e. Identificar a operacionalização do sistema de Comando Missão	27
(1) D7 – Redes de Comando e Controlo.....	27
(2) D8 – Estrutura procedimental e documental do sistema de informação	30



Conclusões	33
Bibliografia	36

Índice de Anexos

Anexo A – Síntese dos objetivos, dimensões e questões orientadoras	
Anexo B – Síntese dos indicadores	
Anexo C – Mapa mental	
Anexo D – Forças auxiliares	

Índice de Apenso

Apenso A – Plano de Operações “GAMA”, Comando da 3ª RM (QG/3ªRep)	
Apenso B – Ordem de Operações nº8/DM, do BCaç 505	

Índice de Figuras

Figura 1 - Divisões do Comando Missão	4
Figura 2 - Processo Operacional	5
Figura 3 - Tarefas da função de combate Comando Missão	6
Figura 4- Componentes do Sistema de Comando Missão	8
Figura 5 - Confiança entre as populações. Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p.61).....	14
Figura 6 - Organização do Estado-Maior do Exército. Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a)	16
Figura 7 - Organização de um Regimento de Infantaria. Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a)	17
Figura 8 - Organização de um Batalhão de Infantaria. Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a)	18
Figura 9 – Aldeamento. Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p.56).....	22
Figura 10 - E/R de HF, AN/GRC-9, pronto a operar	28
Figura 11 - E/R de HF, Racal TR-28	29



Figura 12 - Rede rádio das transmissões permanentes, em Angola, no final do conflito (fonte: Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).....	30
Figura 13 - Mapa mental	40
Figura 14 - Formatura de milícias. Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p.67)	1

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Objetivos, dimensões e questões orientadoras	38
Tabela 2 – Indicadores	39



Resumo

Em 1961 os ventos da descolonização sopravam com irresistível força, fazendo perigar a histórica presença Portuguesa em África. O inevitável acontece nesse mesmo ano e prolongar-se-ia até 1974 numa guerra em três frentes, onde Portugal procura manter a sua hegemonia ultramarina. A Guerra, que se antevia prolongada, pretendia-se conduzida de forma a limitar o impacto sócio-político, escala e a custo reduzido, com o objetivo final de manter indivisível a Nação Portuguesa.

Com este trabalho de investigação, enquadrado na “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres”, foi analisada a função de combate Comando Missão, mediante a aplicação do método dedutivo. Para tal, as observações versaram os conceitos atuais à luz do então aplicado. Constatou-se que o Comando Missão, não só foi aplicado como foi fulcral para a condução das operações, vertendo o Comando e Controlo dos Comandantes de forma sincronizada, simplificada e aplicável a todos os escalões.

Palavras-chave

GUERRA COLONIAL, PORTUGAL, ANGOLA; COMANDO MISSÃO.



Abstract

In 1961 the decolonization winds were blowing with and unstoppable strength, endangering the historical Portuguese presence in Africa. The unavoidable happened that same year and would continue until 1974 in a three front war, with Portugal aspiring to maintain its overseas hegemony. War, foreseeable to be long, was desired to be conducted in such a way to limit social-political impact; scale and a reduced cost, with the aim of maintaining united the Portuguese Nation.

With this investigation essay, framed in the “Angolan Operations Theatre military campaign analysis from the Land Forces point of view”, the Mission Command warfighting function was analyzed, using the deduction methodology.

In order to do so, the observations were made respecting the current concepts taking in account the doctrine used in that period.

We concluded that Mission Command was not only used but also essential in order to conduct operations, regarding the Commander’s Command and Control in a synchronized, simplified way that was usable by all echelons.

Keywords

COLONIAL WAR, PORTUGAL, ANGOLA, MISSION COMMAND.



Lista de abreviaturas

Bat – Batalhão

Gr – Grupo

In – Inimigo

QC - Questão Central

QD - Questão Derivada

Lista de siglas

BQ – Biológico e Químico

C2 – Comando e Controlo

CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército

CME – Contra Medidas Eletrónicas

CTI – Comando Territorial Independente

CTN – Centro Nacional de Transmissões

EM – Estado-Maior

GE – Guerra Eletrónica

GU – Grande Unidade

ITT – Inspeção das Tropas de Transmissões

MAE – Medidas de Apoio Eletrónicas

MPE – Medidas de Proteção Eletrónicas

NEP – Normas de Execução Permanente

PDE – Publicação Doutrinária do Exército

PIDE – Polícia Internacional de Defesa de Estado

PU – Pequena Unidade

QG – Quartel General

QMG – Quartel Mestre General

RM – Região Militar

RMA – Região Militar de Angola

SCCI – Serviço de Centralização e Coordenação de Informações

STM – Serviço de Telecomunicações Militares

TO – Teatro de Operações

TSF – Transmissão Sem Fios



UPA – União dos Povos de Angola

Lista de acrónimos

BOMBREP – *Bombing Report*; Relatório de Bombardeamento

INTSUM – *Intelligence Summary*; Sumário de Informações

MORTREP – *Mortar Bombing Report*; Relatório de bombardeamento por morteiros

PERINREP – *Periodic Information Report*; Relatório Periódicos de Informação

SUPINTREP – *Special Intelligence Report*; Relatório Especial de Informações e
Relatório Imediato

SITREP – *Situation Report*; Relatório de Situação

SHELREP – *Shelling Report*; Relatório de Tiro Indirecto



Introdução

Os anunciados ventos de descolonização africana que sopravam com irresistível força, inevitavelmente afetaram a histórica presença Portuguesa em Angola. De facto, em 1961, Portugal era uma das últimas potências colonizadoras europeias em África, consubstanciando as suas pretensões com o facto histórico de desde 1497 aí se ter estabelecido e por, como afirmara Marcelo Caetano ser “...*justificação moral e raison d’être como potência. Sem ela, seríamos uma pequena Nação; com ela, somos um grande País.*” (1935, cit. por Cann, 2001, p. 35).

Com a insurreição dos Bacongós¹ a 15 de Março de 1961 e os massacres daí decorridos nos Dembos, o conflito torna-se inevitável e ainda mais perante a decisão de Salazar em enviar forças militares para Angola, rapidamente e em força². Este ponto de viragem marca igualmente o acender do rastilho de uma Guerra que se estenderia até 1974, também em Moçambique e Guiné-Bissau.

Neste enquadramento, o presente trabalho tem como tema principal o Comando Missão na Campanha Militar no Teatro de Operações (TO) de Angola, durante os anos de 1961 a 1974.

No âmbito do tema genérico “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres”, investigou-se a aplicação da função de combate Comando Missão, definida como “*um conjunto de tarefas e sistemas que desenvolvem, e integram, as atividades que permitem ao Comandante equilibrar a arte do Comando e a ciência do Controlo, de forma a integrar as restantes funções de combate*” (Estado Maior do Exército, 2012).

A importância deste trabalho de investigação consiste em confirmar o Comando e Controlo da Campanha Militar no TO de Angola, à luz do atual conceito doutrinário do Comando Missão. Apesar de ser um conceito vasto, a sua análise contribuiu para um conhecimento mais alargado dos conceitos inerentes à função de combate, através da constatação de como foram empregues, adaptados e empregues na condução das operações, verificando-se assim a sua aplicabilidade neste TO.

¹ Grupo étnico banto que vive ao longo da costa atlântica de África, nomeadamente no Norte de Angola até Luanda.

² Frase proferida por si a 13 de Abril de 1961.



Dada a abrangência do conceito, delimitou-se o presente trabalho incidindo a investigação científica nas tarefas primárias do Comandante, tarefas primárias do Estado-Maior (EM) e tarefas adicionais. No que respeita às tarefas primárias do Comandante, a investigação focou a tarefa que, na nossa opinião, demonstra ser mais relevante e salientadora da intervenção direta do Comandante na consecução das suas tarefas "Dirigir e Conduzir o Processo Operacional". Quanto às tarefas primárias do EM, a investigação incidiu em duas das tarefas que melhor exemplificam o papel do mesmo na sua condução das Operações: "Conduzir Atividades de Informação e Influência" e "Conduzir atividades Ciber/Eletromagnéticas". Relativamente às tarefas adicionais, incidiu-se o esforço na tarefa "Conduzir Operações de Assuntos Cíveis". Por último, analisou-se a operacionalização do sistema de Comando Missão.

Como objetivos, elencaram-se o objetivo geral “testar a validade do Comando Missão no TO de Angola” e os objetivos específicos “identificar e analisar o Processo Operacional”, “caracterizar as atividades de Informação e Influência (AII)”, “identificar e caracterizar as atividades ciber/eletromagnéticas”, “identificar as Operações de Assuntos Cíveis” e “identificar a operacionalização do sistema de Comando Missão”, tal como definido na atual doutrina e procurando enquadrá-los na sua configuração e desenvolvimento, durante as Operações em Angola para o período em estudo.

Para alcançar o objetivo geral anteriormente definido, procuramos responder à questão central (QC): “De que forma eram conduzidas/operacionalizadas as tarefas relacionadas com o Comando Missão no Teatro de Operações de Angola ente 1961 e 1974?”. Sendo o Comando Missão um conjunto de tarefas e sistemas e para facilitar a compreensão da questão central, desenvolveram-se então cinco questões derivadas (QD), com dimensões próprias associadas, relacionadas com as tarefas primárias e adicionais do Comandante e EM:

QD1: “ Como é que era dirigido e conduzido o processo operacional?”,

QD2: “Como é que eram conduzidas as atividades de informação e influência?”,

QD3: “Como é que eram conduzidas as atividades eletromagnéticas?”

QD4: “Como é que eram conduzidas as operações de assuntos civis?”

QD5: “Como é que estava operacionalizado o sistema de Comando Missão?”.

Com uma revisão da literatura definiu-se um percurso metodológico, ancorado na



atual doutrina, onde se procura entender e descrever o conceito de Comando Missão, consultando obras que descrevem pormenores de como era conduzida a guerra subversiva no TO no período em estudo. Após esta fase, foi construído o modelo de análise, tendo sido identificadas as dimensões que se pretende escarpelizar. No seguimento da investigação, elaboraram-se ainda os indicadores que se pretende observar, a fim de validar a dimensão estabelecida e conseqüentemente dar respostas às questões derivadas.

De acordo com a metodologia utilizada, no primeiro capítulo apresenta-se uma revisão da literatura, abordando o conceito doutrinário do Comando Missão na sua aplicação prática em operações. No segundo capítulo, descreve-se a metodologia utilizada na investigação e o modelo de análise adotado. No terceiro capítulo constata-se os indícios derivados e relacionados a partir de diversas fontes, descrevendo como é que este conceito doutrinário foi implementado no decorrer da Campanha, vertendo-se nos objetivos específicos apresentados.



1. Revisão da literatura

O Comando Missão, como anteriormente referido, é uma função de combate que permite ao Comandante equilibrar a arte de comando e a ciência do controlo. A arte do comando está relacionada com o exercício criativo e competente da autoridade, através do processo de decisão e da liderança enquanto que a ciência do controlo se refere aos procedimentos e sistemas, disponíveis aos Comandantes, para desenvolver a compreensão e apoiar a execução das missões (*Department of the Army*, 2012, p.1–4).

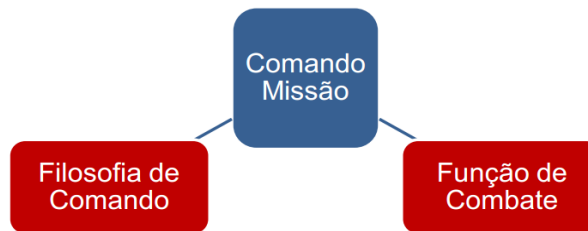


Figura 1 - Divisões do Comando Missão

a. Evolução do Comando Missão

Ao longo da conflitualidade, o ambiente operacional foi sofrendo inúmeras mutações, caracterizando-se atualmente por uma volatilidade constante. A sua compreensão e adaptação assume hoje, como ontem, um papel central para a condução das operações, exigindo uma intervenção ativa por parte dos Comandantes. Neste contexto, surge o Comando Missão, que deriva do termo comando e controlo (*Department of the Army*, 2012, p.1–1). Estes termos estão intrinsecamente relacionados e por essa razão são articulados conjuntamente. Contudo, não são sinónimo; pois se o Comando é uma função individual, o Controlo envolve toda a força e é fundamental para dirigir as operações, englobando o Comandante e o seu EM. No entanto, pelo facto do Comando e Controlo não realçar a crescente necessidade dos Comandantes compreenderem um ambiente caracterizado por dificuldades e complexidades, este passou a designar-se de Comando Missão (Estado Maior do Exército, 2012, p.2–25) sendo como tal mais abrangente.

b. Conceito da Função de Combate Comando Missão

Conforme o ADRP 6-0 (2012), a função de combate Comando Missão consiste num conjunto tarefas e sistemas que apoiam o Comandante durante o seu exercício de Comando e Controlo, permitindo-lhe enquadrar a realidade do ambiente operacional antes e durante a condução das operações. Através desta função de combate, os Comandantes integram as



restantes funções de combate de forma completa e coerente, massificando os efeitos do potencial de combate no momento e local decisivos, obtendo assim uma nítida vantagem sobre a ameaça. Este aspeto enfatiza o papel central do Comandante, enquanto elemento equilibrador do Comando e Controlo, para “...compreender, visualizar, descrever, dirigir, liderar e avaliar...” (Estado Maior do Exército, 2012, p.2–25), e que, com o apoio do seu EM, visa reduzir a incerteza e ambiguidade do ambiente operacional.

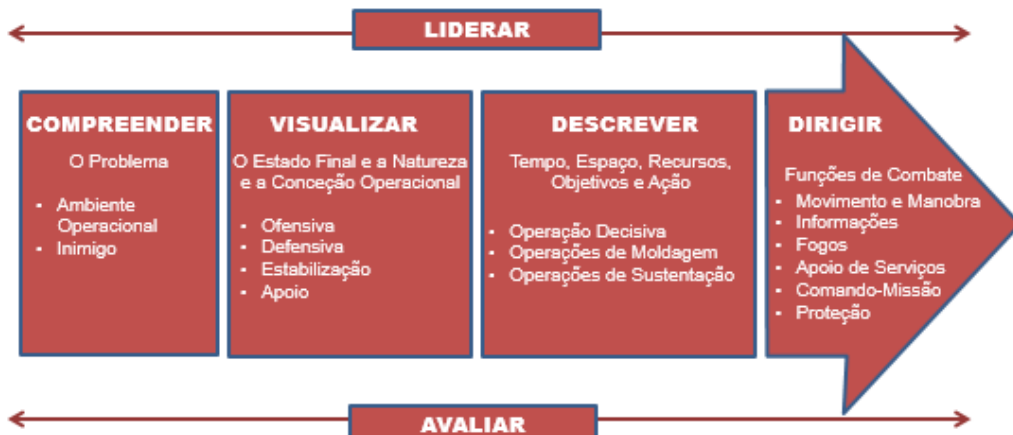


Figura 2 - Processo Operacional

A eficácia das operações exige que os Comandantes estabeleçam, integrem e sincronizem ações, de forma a obter e manter o controlo do ambiente operacional. Tal desígnio é alcançável através da aplicação de um conjunto de tarefas e sistemas que, integrados entre si e com as restantes funções de combate, permitem desenvolver atividades que equilibram e conjugam, a arte do Comando e a ciência do Controlo (Department of the Army, 2012, p.1–4). “O Controlo é mais ciência do que arte, porque depende da objetividade, dos factos, de métodos empíricos e da análise, permitindo a regulação de forças e funções de combate para cumprir a missão de acordo com a intenção do Comandante. Com o apoio do seu Estado-Maior, o Comandante utiliza a ciência do Controlo para mitigar as limitações físicas e de procedimentos, com que as unidades se deparam quando são empregues” (Estado Maior do Exército, 2012, p.4–1). Por sua vez, o Comando é uma função pessoal e como tal, reside na autoridade investida para liderar, bem como na criatividade e competência, inerente e diferenciada, de cada Comandante.

Resumindo, esta função de combate tem como objetivo sobrelevar a primazia da liderança, realçar a responsabilidade do Comandante em compreender, visualizar, descrever, dirigir, liderar e avaliar, facultando a si mesmo e ao seu EM o conhecimento



para operar num ambiente incerto, por oposição à tentativa de criar um ambiente de certeza (Estado Maior do Exército, 2012).

c. Tarefas da Função de Combate Comando Missão

As tarefas da função de combate Comando Missão definem o que fazem o Comandante e o seu EM a fim de integrarem as restantes funções de combate. Conforme ilustrado na Figura 3, verifica-se a existência de uma interação permanente e indissociável, cabendo ao Comandante liderar o EM na execução das suas tarefas. Por sua vez, o papel do EM é apoiar o comandante no cumprimento das suas tarefas primárias.

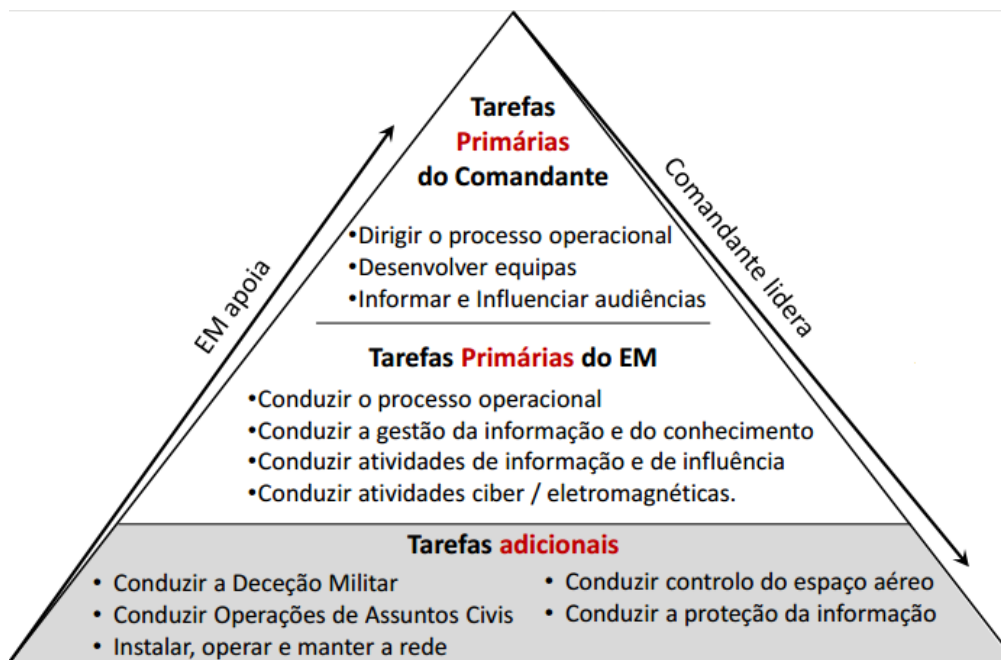


Figura 3 - Tarefas da função de combate Comando Missão

Sendo o Comandante o principal elemento do Comando Missão, no decorrer das operações este deve balancear o seu tempo disponível entre liderar o EM e orientar os subordinados, através da definição da sua finalidade, espelhada na sua intenção para a condução das operações a fim de alcançar os objetivos delimitados. O EM auxilia-o a aos comandantes subordinados na compreensão situacional, tomada de decisão e sua implementação, durante a conduta das operações.

Com relevância para a investigação das tarefas primárias e adicionais do Comandante e do EM, iremos considerar e analisar as seguintes:



- Dirigir e conduzir o processo operacional que, conforme o PDE 3-00 (2012, p.4–2), “...é o processo pelo qual o Comandante e Estado-Maior traduzem a visualização do Comandante numa modalidade de ação específica para preparar e executar, a fim de atingir os resultados esperados com a operação”. Este trabalho de direção e condução do planeamento operacional é visível através da “...intenção do comandante, que é a expressão clara do que uma força tem de executar e das condições a alcançar, relativamente ao inimigo ou adversário, terreno e considerações de âmbito civil, que representam o estado final desejado. A intenção do comandante descreve, de forma sucinta, o que o comandante considera como sucesso da operação, estabelecendo a finalidade da operação, as condições a alcançar no seu final e as tarefas chave, as quais estabelecem a ligação entre a finalidade e o estado final desejado...” (Estado Maior do Exército, 2012, p.4–8);
- Conduzir atividades de informação e influência que, de acordo com o PDE 3-00 (2012, p.4–13), consistem na “...integração de capacidades relacionadas com a Informação de forma a sincronizar temas, mensagens e ações com as operações para informar a audiência nacional e global e influenciar audiências estrangeiras bem como afetar o processo de decisão adversário. Estas atividades incorporam e potenciam formas de ampliar a capacidade dos Comandantes para utilizar outras fontes para informar e influenciar. As atividades de informação e influência têm duas linhas de esforço: a linha de esforço da informação e a linha de esforço da influência.”. Na linha de esforço da influência, encontram-se as operações psicológicas, que enviam a informação selecionada para audiências alvo, de modo a influenciar as suas emoções, motivações, pensamentos e, em último caso, os comportamentos de governos, organizações, grupos e indivíduos estrangeiro (Department of the Army, 2012).
- Conduzir atividades ciber/eletromagnéticas, de acordo com o PDE 3-00 (2012, p.4–15), define-se como “...uma abordagem de armas combinadas para as operações num domínio do ciberespaço e num espectro eletromagnético congestionado. As atividades ciber/eletromagnéticas destinam-se a conquistar, reter e explorar as vantagens no ciberespaço e no espectro eletromagnético. O resultado permite às forças militares manter a liberdade de ação e negar a liberdade de ação a um adversário ou inimigo, contribuindo globalmente para a



operação. As atividades ciber/eletromagnéticas são divididas em duas linhas de esforço: a do ciberespaço e a da guerra eletrônica (GE) ...”;

- Conduzir operações de assuntos civis que, de acordo com o PDE 3-00 (2012, p.8–7), “...assumem neste caso um papel essencial no estabelecimento de uma relação de confiança entre a força e as organizações civis, a qual é fundamental para que possa existir cooperação efetiva entre ambas...”.

d. Sistema do Comando Missão

Para a condução eficaz e eficiente de operações militares, o Comandante necessita da aplicação coordenada de pessoas, redes, procedimentos, equipamentos, gestão do conhecimento e de sistemas de informação, bem como de infraestruturas (Estado Maior do Exército, 2012).

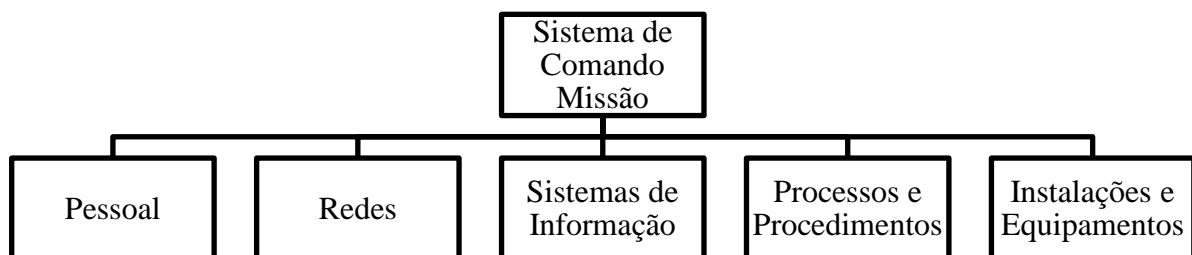


Figura 4- Componentes do Sistema de Comando Missão

A adaptabilidade operacional daqui resultante é reflexo da permanente aplicação do Comando Missão que, operacionalizada em equipas, é geradora da compreensão dos problemas operacionais que continuamente são apresentados. Riscos transformados em oportunidades, influência sobre atores, transições antecipadas e adaptadas, bem como a compreensão adequada e simplificada do ambiente operacional, são alguns dos resultados a alcançar pela aplicação sistemática de Comando Missão.

Os Comandantes organizam o sistema de Comando Missão para apoiar o processo de tomada de decisão; preparar e disseminar ordens ou diretivas; recolher, gerar e manter informação e preparar produtos no âmbito do conhecimento, de modo a apoiar os Comandantes e líderes a terem um melhor entendimento e visualização do ambiente operacional bem como estabelecer meios que permitam aos Comandantes e líderes comunicar, colaborar e facilitar o funcionamento da equipa (*Department of the Army*, 2012).



O Sistema do Comando Missão inicia-se com o pessoal em que o Comandante, através da sua intenção, proporciona a iniciativa disciplinada aos subordinados para conduzirem as operações, conferindo-lhes uma liberdade de ação adequada para a execução, de forma a estes lidarem com as situações imprevistas (Estado Maior do Exército, 2012). Por sua vez as redes são genericamente um grupo de coisas que são interconectadas visando atingirem uma finalidade, permitindo aos Comandantes transmitir a informação, bem como controlar as forças (*Department of the Army*, 2012). Já os sistemas de informação recolhem, processam, guardam e disseminam informação, permitindo um planeamento colaborativo entre os escalões. Os processos e procedimentos permitem ao Comandante organizar a atividade do seu EM e da força, com vista a alcançar o estado final desejado, assim como minimizar confusões, mal entendidos e evitar hesitações. Quanto às instalações e equipamentos, móveis ou fixos (centro de operações), permitem a operacionalização, servindo de base de apoio para a condução do sistema Comando Missão.



2. Metodologia

Este trabalho enquadra-se numa investigação científica que tem por base a aplicação de uma das variantes do método científico: o método dedutivo³.

Com base nos conceitos doutrinários que definem o Comando Missão na atualidade, definiu-se a lente de observação, ou seja, construiu-se o modelo de análise para atingir o propósito da investigação. Desta forma, para atingir o objetivo geral e objetivos específicos, definiram-se respetivamente a QC e as QD (ver Anexo A).

Para descrever como é que o Comando Missão foi implementado enquanto função de combate no decorrer da Campanha de Angola, analisou-se as tarefas e sistemas e selecionou-se as julgadas mais relevantes do ponto de vista da ação de comando. Assim sendo, o modelo de análise utilizado integra, ainda, as dimensões (D) que se quer observar para cada objetivo específico e para confirmar e informar a presença dessas dimensões, geraram-se os respetivos indicadores (I) (ver Anexo B).

Definido o modelo de análise, consultou-se diversa **literatura, buscando** indícios que validassem cada um dos referidos indicadores em particular. Ao constatar a sua presença valida-se que, pelo menos nas tarefas analisadas, o Comando Missão já era exercido nessa essa conjuntura, embora eventualmente organizado de forma diferente.

As dimensões, e respetivos indicadores, definidos, são os seguintes (ver Anexo C):

- D1 - Direção do Processo Operacional pelos Comandantes
 - I1.1 – Verificar indicações do Comandante ao seu EM, para o Planeamento das Operações
 - I1.2 – Verificar a existência de uma solução empregue para a resolução de um problema complexo
- D2 – Condução do Processo Operacional pelo EM
 - I2.1 – Validar a existência de um EM organizado
 - I2.2 – Definir as responsabilidades das repartições do EM
- D3 - Meios e processos de criação de efeitos em Audiências Alvo
 - I3.1 – Descrever as unidades existentes, e tipos de atividades, empregues para influenciar a população
 - I3.2 – Verificar as atividades das PSYOPS empregues

³ O Método Dedutivo parte da lei geral para o particular, ou seja, raciocinar dedutivamente é partir da teoria em busca de uma verdade particular.



- D4 – Ligação com entidades locais
 - I4.1 – Comprovar a organização da força para efetuar a ligação
- D5 – Guerra Eletrónica
 - I5.1 – Validar a existência de meios e procedimentos aplicados em Medidas de Apoio Eletrónicas e Contra Medidas Eletrónicas
 - I5.2 – Descrever Medidas de Proteção Eletrónicas
- D6 – Condução de Assuntos Cívicos
 - I6.1 - Descrever com quem se ligava a estrutura de comando na sua AOR
- D7 – Redes de C2
 - I7.1 – Validar indícios de como é que os diversos comandos estavam ligados
 - I7.2 – Descrever as redes que existiam
 - I7.3 – Validar a existência de pessoal especializado que geria as redes
- D8 – Estrutura procedimental e documental do sistema de informação
 - I8.1 – Descrever o processamento de geração de informações
 - I8.2 – Validar a existência de relatórios de informações



3. Comando Missão na Campanha de Angola

O presente capítulo está organizado, nas suas secções e subsecções, pelos diferentes objetivos específicos, dimensões e indicadores, sendo o seu conteúdo um resumo dos diferentes indícios, encontrados na bibliografia analisada.

O Anexo A sistematiza de que forma foi decomposto o problema inicial em questões derivadas, complementada pelo Anexo B, que lista os indicadores pesquisados.

a. Identificar e analisar o Processo Operacional

(1) D1 – Direção do Processo Operacional pelos Comandantes

No planeamento de operações, incontornavelmente a Operação Viriato⁴ se apresenta icónica mas igualmente precursora das grandes operações em Angola e, de facto, em todo o Ultramar. Na sequência dos massacres⁵ praticados pela UPA (União das Populações de Angola) na região dos Dembos no distrito de Cuanza Norte, da incapacidade em manter pacificada essa região e após reforço de efetivos oriundos da metrópole, inicia-se uma grande operação de modo a retomar a povoação de Nambuangongo e ocupar permanentemente a região (Afonso e Gomes, 2010, p.86). Este objetivo de controlo territorial seria em 1962⁶ ampliado a quatro zonas de intervenção⁷ com a implementação do Plano “Centaurus Grande” e em Junho de 1963 do Plano “Marfim Negro”, refletindo o conceito estratégico terrestre de modo a implementar um modelo organizativo das Forças Armadas na Região Militar de Angola (RMA). Concretizava-se deste modo o primeiro sistema de quadrícula, refletindo o ensejo do comando militar de Angola em assegurar “...a ocupação do território e o controlo das populações” (Afonso e Gomes, 2010, p.124) e aparentemente “...na ausência de qualquer decisão nacional, fosse a nível do Ministério da Defesa, ou dos Estados Maiores” (Afonso e Gomes, 2010, p.125). Este modelo seria replicado igualmente em Moçambique e na Guiné, com o decorrer da Guerra.

Ao nível prático, por exemplo, no Plano de Operações “Gama” de 03 de Junho de 1961 (ver Apenso A) do comando da 3ª Região Militar, na situação das forças amigas e na

⁴ Decorrendo entre 10 de julho e 09 de agosto de 1961.

⁵ A partir de 15 de Março de 1961.

⁶ Implementado a 23 de Maio de 1962.

⁷ Cujos limites se mantiveram em Angola até 1970.



missão está vertido o estado final de operação, bem como as tarefas chave a realizar pela manobra na execução, refletindo diretamente como o comandante planeava e dirigia as operações.

Um exemplo de problema complexo a que, desde o início dos combates, as autoridades militares e civis ultramarinas foram confrontadas prendeu-se com a necessidade de otimização das deficientes ou simplesmente inexistentes coordenações entre autoridades, visando o controlo de terreno e população⁸ como relembra Waals (2011, p.133), fulcrais também no tocante ao planeamento e condução de operações abrangentes de âmbito militar e civil e para o desfecho de conflitos de carácter subversivo. Diretamente associada a esta incontornável necessidade, que raramente havia sido adequadamente tratada pela administração Portuguesa dos territórios ultramarinos, em junho de 1961 assume-se a necessidade de conjugar as capacidades de comando militar (com a missão principal de levar o combate até aos elementos subversivos e assim retirar-lhes a iniciativa inicial) com as de administração e governação desejavelmente efetiva em todo o território, tal como referido por Afonso e Gomes (2010, p.75). Tal dimensão ganha forma pela primeira vez com a nomeação do General da Força Aérea Venâncio Deslandes⁹ como Governador-Geral e Comandante-Chefe, sendo que com o tempo as genericamente designadas ações psicossociais vieram a ser desempenhadas maioritariamente pelos militares, desviando-os de ações de combate.

Associado a esta problemática do controlo de população e território, as Forças Armadas, confrontadas com o vazio administrativo largamente reinante em toda Angola e particularmente no Norte, (onde por vezes as próprias fazendas se substituíam ao papel dos reduzidos e subdimensionados postos administrativos), expeditamente e por necessidade absoluta desenvolveram e aplicaram a divisão territorial em zonas de ação; as quadrículas militares. Numa primeira fase, às unidades militares cabia a responsabilidade de controlo do território, por mais exígua que fosse a força e por mais extensa ou populada que fosse a zona. A segunda fase compreendia a governação dessas mesmas áreas,

⁸ Elementos centrais na doutrina Marxista-Leninista de Guerra Revolucionária e no próprio conceito de Guerra Subversiva patente em “O Exército na Guerra Subversiva”.

⁹ Tendo sido nomeado a 04Jun61 e tomado posse a vinte dias depois, na sequência das exonerações do General Libório Monteiro do cargo de Comandante-Chefe das Forças Armadas de Angola e do Governador-Geral Silva Tavares



assegurando os serviços básicos¹⁰ às populações e transformando os postos de Comando das unidades também em centros administrativos (Afonso e Gomes, 2010, p.76). Uma terceira fase é ainda distinguida por Walls (2011, p.138), a da ação psicossocial, em que de acordo com uma diretiva emanada logo em 1961 pela RMA continha diretivas para que “...a patrulha em marcha, com a sua demonstração de força calculada para inspirar confiança, pode também ser portadora de abastecimentos sanitários para os doentes e pode também, por exemplo, através duma conversa agradável, destruir alguns dos rumores espalhados pela propaganda adversa ... Por outro lado, as tropas (de quadrícula) podem também...construir escolas para crianças e adultos, estabelecer contactos com a população local...construir uma comunidade alargada de interesses com os jovens nativos através de desportos...¹¹”.



Figura 5 - Confiança entre as populações. Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p.61)

¹⁰ Abrangendo desde a saúde, salubridade, trabalho e até à educação.

¹¹ Tradução livre do inglês.



Em termo práticos, nessa quadrícula, atribuída a uma unidade militar e apoiável por unidades com capacidade de mobilidade tática (conferida pelo uso de helicópteros, por exemplo) visando a busca e destruição de elementos subversivos, pretendia-se não só dar combate a guerrilheiros como transmitir uma imagem positiva de um Portugal uno e indivisível também em África. Esta imagem seria construída a partir dos contactos entre as populações locais e os militares e estruturas civis aos mais baixos escalões, garantindo proteção e apoio, para além de permitir a recolha de informação sobre o adversário (Waals, 2011, p.133).

Deste modo, o Processo Operacional¹², que devendo ser articulado entre entidades civis e militares, na sua larga maioria revestiu-se de uma processo misto de combate e governo civil. O processo de planeamento era assim articulado aos mais altos escalões, mas realizados adaptados (em muitas ocasiões) ou mesmo gizados aos mais baixos escalões¹³ (Afonso e Gomes, 2010, p.207). E de uma forma geral “...a ação militar direta ...passou a ser uma atividade secundária...Era sempre fácil desculpar a fraca atividade operacional com as urgentes e importantes tarefas de apoio psicossocial” tal como afirmam Afonso e Gomes (2010, p.76).

Em sùmula, a preparação, direção e execução de planeamentos e ordens de operações como as aqui escalpelizadas dão corpo à forma como as estruturas de Comando (sucessivamente em variados escalões) se organizaram para atingir o estado final desejado, tal como definido no PDE 3-00 (2012, pp.4–8). Por exemplo, o planeamento organizativo vertido nos Planos “Centauro Grande” e “Marfim Negro”, constituiu-se como base para o detalhe de estado final desejado, definição de tarefas chave, orientação para conceito de operação e organização de EM.

Por seu lado, a imperiosa adequação das estruturas civis e militares levou a uma coordenação de esforços mais efetiva, tendo chegado a ser uma quanto à sua direção e comando. Visando sempre o mais eficaz controlo de populações e terreno (e conseqüente negação de apoio a elementos subversivos), a definição de quadrículas foi central para a condução do conflito em Angola, tendo com o decorrer das operações ganho

¹² Integração dos processos e atividades nos EM e Unidades, durante o exercício do Comando-Missão. Engloba as principais atividade de planeamento, preparação, execução e avaliação.

¹³ A 08Nov62, é declarado que as UEC são a força de excelência para as quadriculas.



preponderância as ações psicossociais em detrimento das operações de combate. Estas condições materializaram a ligação entre a finalidade e o estado final desejado, pelo que se deduz a aplicação do conceito doutrinário de processo operacional vertido no PDE 3-00 (2012, pp.4–8).

(2) D2 – Condução do Processo Operacional pelo Estado-Maior

No manual do Oficial Miliciano (Ministério do Exército, 1967a, p.3), que reúne “...assuntos que se acham dispersos por variadíssimos regulamentos e publicações militares...”, está sintetizada a organização militar do Exército nos diferentes escalões. Assim, no que concerne ao EM e desde os mais altos escalões, existia, no Ministério do Exército, o Estado-Maior do Exército (EME). Subordinado ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), entre outros, encontrava-se o Ajudante-General com responsabilidade pela 1ª repartição (Pessoal), o Vice-Chefe com responsabilidade pelas 2ª (Informações), 3ª (Operações e Organização) e 5ª (Instrução) repartições bem como o Quartel-Mestre General (QMG), com responsabilidade pela 4ª repartição (Logística). Estas repartições tratavam “...os problemas na sua generalidade, deixando às direções e chefias dos serviços o conveniente desenvolvimento de pormenor e a sua execução” (Ministério do Exército, 1967a, p.16).

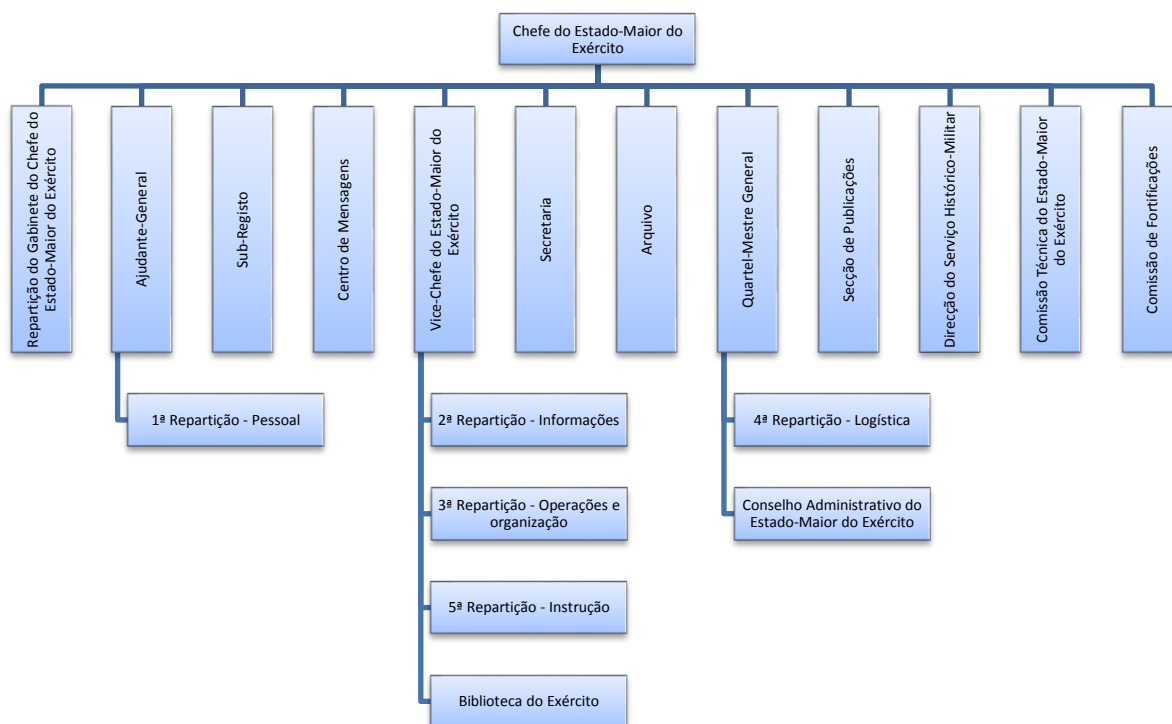


Figura 6 - Organização do Estado-Maior do Exército. Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a)



Quanto ao território nacional, dividia-se em 6 regiões militares (RM) e 8 comandos territoriais independentes (CTI), sendo órgão de comando das RM o Quartel General (QG) e o dos CTI e demais comandos territoriais o respetivo Comando Militar (CM). A RMA dividida em 5 comandos territoriais ¹⁴, estruturava-se em QG da região, bem como 5 CM. Cada um destes órgãos possuía um EM, dividido em quatro repartições: 1ª (Pessoal e Secretaria), 2ª (Informação e contrainformação), 3ª (Instrução, organização e operações) e 4ª (Logística¹⁵). Já quanto às grandes unidades (GU) e pequenas unidades (PU), até escalão Batalhão (Bat) ou Grupo (Gr), organicamente possuíam uma unidade de Comando e Companhia de Comando, com o Comando constituído por um EM e um Estado-Menor. O EM era composto pelo EM pessoal (ajudantes do comandante), EM geral (chefe do EM, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª repartições) e EM especial (comandantes das armas¹⁶ e chefes dos serviços¹⁷). O Estado-Menor integrava “...*pessoal auxiliar, tais como contínuos, correios e tipógrafos.*” (Exército Português, 2010).

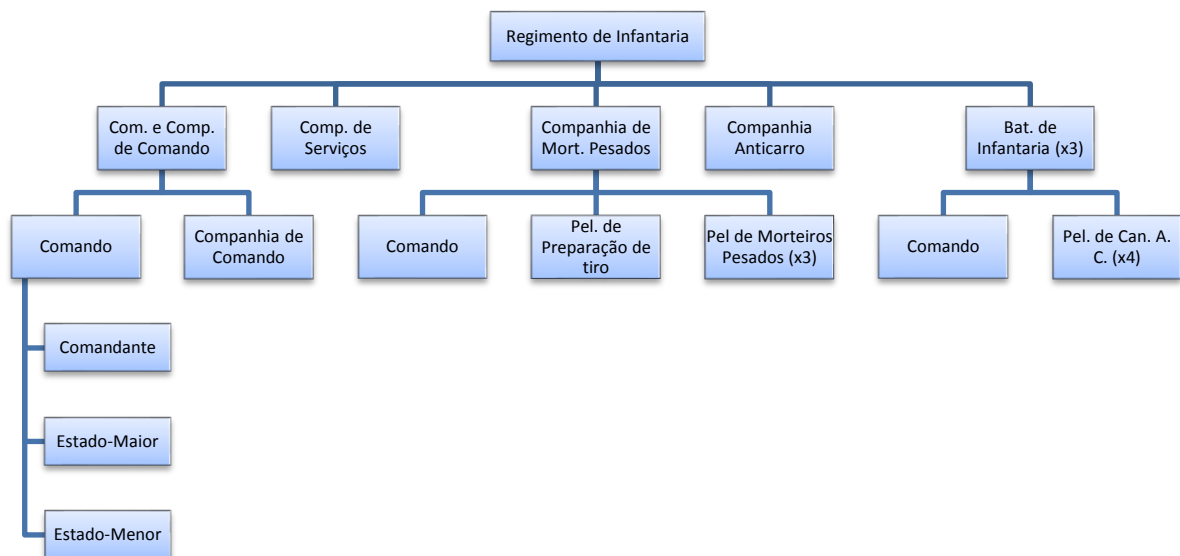


Figura 7 - Organização de um Regimento de Infantaria. Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a)

¹⁴ Cabinda, Norte, Centro, Sul e Leste

¹⁵ Com as valências de reabastecimento, manutenção, hospitalização, transportes

¹⁶ Nomeadamente Artilharia, Engenharia e Transmissões.

¹⁷ Detalhadamente, saúde, material, intendência, químico, assistência religiosa, contabilidade e pagadoria, justiça, polícia militar, aviação de observação e ligação, pessoal, secretaria, atividades recreativas e postal.

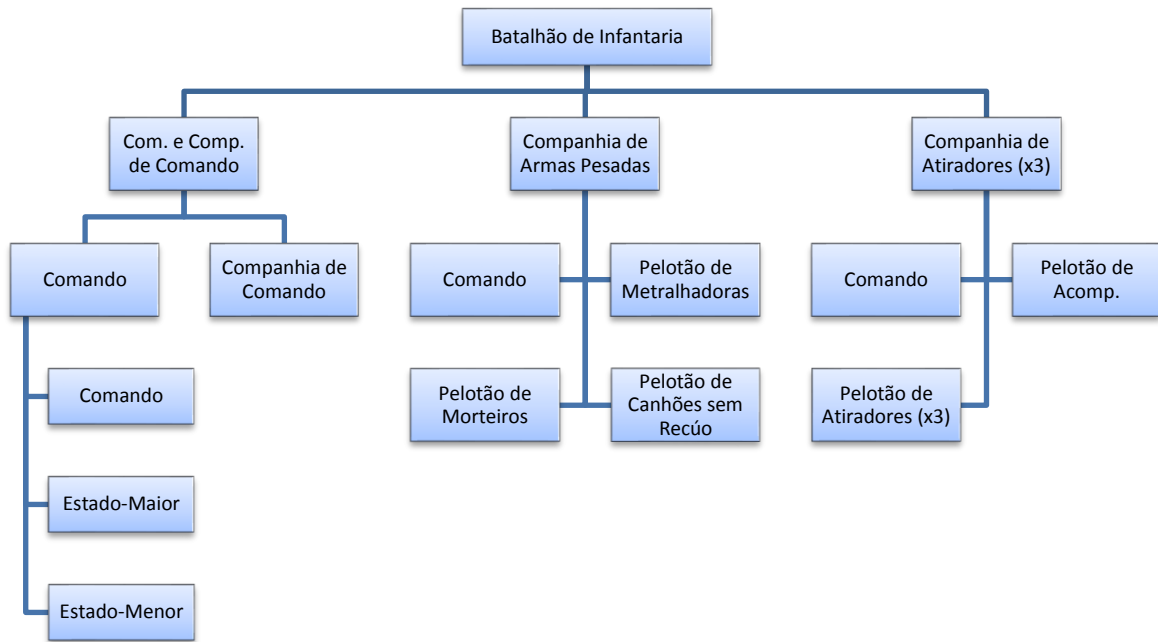


Figura 8 - Organização de um Batalhão de Infantaria. Fonte: Manual do Oficial Miliciano (1967a)

Naturalmente, em guerra subversiva, era mais complexo definir as “possibilidades do inimigo” pois havia que encarar meios e motivações diferentes, objetivos não coincidentes, táticas diversas e muito especialmente, a influência decisiva de fatores psicológicos, humanos e da personalidade dos chefes locais. Havia pois que ter sempre em atenção as “intenções” do inimigo para além das suas “possibilidades”. Nunca esquecendo que o inimigo poderia seguir procedimentos que, embora militarmente piores, acabassem por assegurar resultados psicológicos mais valiosos. O que exigia o conhecimento perfeito do meio humano, das tradições e hábitos locais e do passado ou maneira de ser dos chefes regionais. Nestes termos organizou-se na 2.^a Repartição uma Secção de Ordem de Batalha que muito ajudou na previsão do que iria suceder. A 2.^a Repartição, sempre em colaboração com as restantes, desenvolvia atividades que por vezes a ultrapassavam, sobretudo no campo da Ação Psicológica, responsabilidade da 3.^a Repartição.

A nível prático, do Plano de Operações “Gama” de 03 de Junho de 1961 do comando da 3.^a Região Militar (ver Apenso A), retira-se a intervenção direta e detalhada do EM na condução do processo operacional, pois em anexo ao plano detalha-se o estudo do inimigo, que conduzido pela 2.^a repartição, foca igualmente as necessidades de informação para alimentar a condução das operações.

Da Ordem de Operações “Dois sem trunfo” n.º8 de 25 de Setembro de 1965 do



Batalhão de Caçadores nº505 (ver Apenso B), constata-se que era perfeitamente definido o conceito de operação assim como a sincronização da operação, ainda que previstas hipóteses na própria missão às sub-unidades.

Em resumo, a estruturação, dos mais elevados aos mais baixos escalões, estava tipificada e articulada de modo a ser funcional, chegando pontualmente a abranger áreas contíguas, tais como as da 2ª repartição em relação à 3ª repartição. Tal facto porventura ter-se-á devido à necessidade de adaptação destas estruturas orgânicas às necessidades decorrentes das operações em Angola. Certo é que esta estruturação respondia às necessidades de condução de planeamento operacional e replicava-se a todos os escalões, de forma mais ou menos abrangente e sempre tendo em vista uma simbiose que resultasse numa esclarecida aplicabilidade no terreno e sucesso das operações. Deste modo, deduz-se que a condução do processo operacional se enquadra no atualmente previsto na PDE 3-00 (2012, pp.4–8) porquanto vertendo a “...*intenção do comandante...expressão clara do que uma força tem de executar e das condições a alcançar, relativamente ao inimigo ... terreno e considerações de âmbito civil, que representam o estado final desejado.*”

b. Caracterizar as atividades de informação e influência

(1) D3 – Meios e processos de criação de efeitos em Audiências Alvo

As áreas de território a pacificar foram, como vimos, guarnecidas por unidades em quadrículas tendo como primordial preocupação “...*manter ou restabelecer a ordem e montar uma defesa adequada das maiores povoações...*” (Estado Maior do Exército, 1966a, cap.IV, p. 12) para assim as isolar dos rebeldes. Deviam então “...*manter o contacto com a população*” e sendo “*Todo o território...dividido em setores de Companhia (ou Esquadrão)...integradas em Batalhões e estes em Agrupamentos*” (Estado Maior do Exército, 1966a, cap.IV, p. 13).

Para além destas forças iminentemente militares, se superiormente autorizado, podiam ser recrutados elementos da população civil. Estes eram designados por elementos auxiliares e tal como discriminado no segundo volume de “O Exército na Guerra Subversiva” (Estado Maior do Exército, 1966a, cap.III, p. 31), podiam ser empregues como:

- Agentes de informação, ou informadores;



- Intérpretes e tradutores;
- Guias;
- Trabalhadores;
- Carregadores;
- Agentes de propaganda
- Funcionários do governo militar estabelecido;
- Mão de obra e outros serviços;
- Autossegurança e autodefesa de povoações e empresas;
- Combate aos bandos armados e guerrilhas.

Todos estes elementos, militares e civis, na medida e capacidade possível, deveriam então exercer ação psicossocial sobre as populações à sua responsabilidade, sendo inclusivamente missão das unidades de quadrícula (de entre outras) a manutenção de “...*contacto constante com a população...*” (Estado Maior do Exército, 1966a, cap.IV, p. 21). Visava-se então uma ação social ou de assistência para melhorar “...*as condições de vida da população e, elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar a confiança dessa população ...e conquistar-lhe os corações*” (Estado Maior do Exército, 1966b, cap.II, p. 3). Esta mesma ação social era concretizada através da assistência sanitária, religiosa, educativa e económica, sendo os seus principais agentes os “...*médicos, capelães e certos oficiais, sargentos e praças, mas todos os elementos... podem e devem cooperar nesta ação...*” (Estado Maior do Exército, 1966b, cap.VII, p. 5).

Particularmente quanto à ação psicológica, doutrinariamente, era executada de três formas (Estado Maior do Exército, 1966b, cap.II, p. 4):

- Propaganda – “...*comunicação de notícias, factos comentários, explicações, apelos, etc, com a intenção de exercer uma influência sobre as opiniões, emoções, atitudes e comportamento dos indivíduos ou dos grupos humanos, em benefício de quem os difunde.*”.
- Contrapropaganda – com a “...*finalidade de rebater e de neutralizar a propaganda adversa.*”.
- Informação – não deverá ser confundida com uma notícia estudada e interpretada, sendo a “...*comunicação de notícias, factos, comentários e explicações (não de apelos), mas a sua finalidade é esclarecer os indivíduos,*



dando-lhes as bases para alicerçarem objetivamente a sua opinião, e não impor ideias e doutrinas”.

Analiticamente, deduz-se então que foram efetivamente conduzidas operações de informação e influência. Uma vez mais, indissociável ao controlo exercido nas quadrículas estava a ação psicossocial orientada para a população, visando potenciar a capacidade de informar e influenciar de forma integrada. Informando pretendia-se ganhar apoios e influenciando visava-se afetar o inimigo, tal como explanado na PDE 3-00 (2012, p.4–13).

A ação psicológica assumia a linha de esforço da influência, hoje em dia conhecida por operações psicológicas, destinada a influenciar audiências-alvo e assim moldar as suas “...emoções, motivações e pensamentos...” (Department of the Army, 2012, p.3–4).

(2) D4 – Ligação com entidades locais

Beneficiando da síntese de experiências de índole revolucionária na Malásia britânica (1948-60) e nas francesas Indochina (1946-54) e Argélia (1954-62), as forças portuguesas em Angola adaptaram-se de modo a desenvolver uma guerra de contrainsurreição que se previa prolongada e se pretendia de impacto sócio-político, escala e custo reduzido. Para tal, ainda antes do eclodir do conflito que se adivinhava e depois tomando corpo na forma do doutrinário “O Exército na Guerra Subversiva”, destacam-se a fases de pré-insurreição e de insurreição que se deviam observar para contrariar as ações e intensões de insurreitos. Da primeira pretendia-se meramente preventiva, enquanto que a segunda vertia-se no controlo de população e terreno e subtraindo capacidades ao adversário, através de ações militares, psicológicas, sociais e políticas (Cann, 2005, p.80).

Criando-se assim este modo português de fazer a guerra, vários aspetos foram desenvolvidos, realçando-se a adaptação de forças armadas convencionais para contrainsurrecionais, com ênfase no papel a desempenhar por pequenas unidades, para a africanização do conflito, para as ações psicossociais visando a melhoria das condições de vida dos nativos e assim apartá-los de contacto e apoio a insurreitos e igualmente pela aplicação de operações psicológica que afirmavam as pretensões lusas (Cann, 2005, pp.32–33).

No terreno, observando a lógica de consecução de ações psicossociais “...destinadas a garantir a lealdade de populações indígenas e isolá-las dos revolucionários.” (Waals, 2011, pp.131–132), o soldado português era encorajado a mostrar a sua presença. Para tal



também contribuía de modo marcado a concentração de populações em aldeamentos dentro das quadrículas a que se encontravam adstritas as unidades portuguesas, onde o esforço de controlo era assim associado às melhorias de qualidade de vida¹⁸ (Waals, 2011, pp.137–138). Pretendia-se assim não só ter capacidade de prevenção militar contra os insurretos (observando-se o princípio da violência mínima) mas também atuar nas populações através de ações sociais e psicossociais (Cann, 2005, pp.85–86).



Figura 9 – Aldeamento. Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p.56)

As unidades de quadrícula, mediante ordem superior, tinham também a responsabilidade de criar e apoiar estes aldeamentos, ligando-se diretamente com as entidades locais e milícias. De referir também que, dado ser fundamental o influenciar das populações para o sucesso da contrassubversão, as quadrículas e o escalão das unidades que as iriam ocupar eram definidas com base nas povoações existentes. De igual modo, a responsabilidade de ligação e de recolha de notícias sobre inimigo e população era do comandante da respetiva quadrícula (Estado Maior do Exército, 1966a, cap.V, p. 4) através

¹⁸ Por exemplo, entre 1961 e 1964 foram criados 130 aldeamentos no norte de Angola, cada com capacidade para 2000 pessoas, onde se pretendia desenvolver a capacidade agropecuária, a assistência higiénica ou a autodefesa.



das suas forças e não de alguma estrutura específica. Esta implementação de um programa de aldeamentos, tal como referido por Cann (2005, p.175), Waals (2011, pp.137–138) e Nunes (2005, pp.56–57), pretendia resolver três funções no controlo da população rural e apartá-la dos guerrilheiros e das suas exigências de informações, alimentos e abrigo, sendo objetivadas em:

- Administração dos programas económicos e sociais alargados;
- Proteção da população relativamente à intimidação rebelde;
- Realização de operações psicológicas.

Quanto ao controlo dos aldeamentos, o mesmo era executado “...por milícias, que asseguravam a autodefesa, existindo, por vezes, nos grandes aldeamentos... polícias europeus, guardas rurais ou membros da Organização de Voluntários, que os enquadravam. Também as autoridades gentílicas – os régulos –, eram incentivadas a participar no controlo das populações” (Afonso e Gomes, 2000, p.242), constituindo-se como fator unificador de esforços e intenções.

A africanização do conflito suavizava a atuação, por exemplo chegando a ser de 13000 africanos num total de 50000 militares em Angola no ano de 1967 (Waals, 2011, p.141). Não só legitimava a atuação colonial, pois até os próprios nativos a ela aderiam, como permitia uma aproximação mais concreta e palpável às populações, beneficiando-se também do facto de o domínio de costumes, idiomas e dialetos, conhecimento de religiões e do próprio terreno, fauna e flora ser passado ou usufruído pelas tropas europeias.

Fruto da africanização do conflito, havia também ligação com tropas locais que “...foram levantadas não só pelas forças armadas, como também pelas autoridades civis, e utilizadas como “unidades de segunda linha” com as funções de guias, milícia civil, forças auxiliares, grupos de autodefesa para aldeias e outras funções especializadas” (Cann, 2005, p.114). Em Angola, estas forças abrangiam das milícias tradicionais das regedorias às forças de contraguerrilha¹⁹ como Cann (2005, p.115) e Nunes (2005, pp.63–69) elencam. Além destas forças maioritariamente vocacionadas para defesa, também havia ligação e operações com forças locais vocacionadas para o reconhecimento, nomeadamente os Flechas: “forças paramilitares ... recrutados e organizados ... pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), inicialmente com funções de informação e depois, de combate” (Cann, 2005, pp.120–121) (ver anexo D).

¹⁹ Desde as Tropas Irregulares, Tropas Especiais, Grupos Especiais, Grupo Sonda da Zona Militar Leste, Fiéis catanguenses, Leais, Pseudo-Terroristas em Nambuanguongo e Milícias Armadas em Malanje



Em súmula, a ligação com entidades locais foi uma tarefa e objetivo indissociável às operações militares, muitas vezes substituindo-as e sem a qual se deduz que não fosse possível adequar os objetivos de controlo populacional e territorial que permitissem influenciar o decorrer das operações, como previsto na PDE 3-00 (2012, pp.4–8). Para tal, o desenvolvimento de ações psicossociais, a quadrícula e inclusivamente a africanização do conflito foram instrumentais para a consecução dos objetivos.

c. Caracterizar e identificar as atividades ciber/eletromagnéticas

D5 – Guerra eletrónica

No ano de 1965, o, na altura, Capitão de Transmissões Garcia dos Santos, frequentou o curso NATO de Orientação de Guerra Eletrónica (GE), em Anzio, Itália, e, mais tarde, o Capitão Garcia dos Santos, estagiou na Companhia de GE do Exército Belga. Estas formações iniciaram a GE no Exército Português, com a criação do Centro de Instrução de Guerra Eletrónica, para o qual foram adquiridos radiogoniómetros, para radiolocalização, recetores de qualidade, para interceção, e geradores de ruído, para empastelamento (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008). É pela atribuição da responsabilidade da GE às Transmissões que, em 1969, se “criou” esta nova arma (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008, p.115), surgindo, formalmente, a GE no Exército. Quer a nível de meios, quer de procedimentos, havia, então, condições para a prática da atividade, ainda que em estado embrionário.

Em Angola, a organização das transmissões previa “...*uma unidade, agrupamento ou batalhão, para ... a guerra eletrónica*” (Afonso e Gomes, 2000, p.401), que realizava atividades de pesquisa, interceção e identificação, como constatado por Afonso e Gomes: “...*em cada um dos teatros faziam-se escutas ... às comunicações de rádio nas redes operacionais*” (2000, p.237).

Embora exista a presença destes indicadores, reveladores de atividade de GE, “...*durante esta guerra, as ações ... foram limitadas, e nunca foram uma prioridade.*” (Comissão da História das Transmissões Militares, 2015). Deduz-se que estas ações não se tornaram relevantes, em Angola, principalmente devido à grande limitação dos meios de transmissões utilizados pelo inimigo (In), “...*pois utilizavam a radiodifusão dos noticiários da Rádio Brazaville, que os seus apoiantes recebiam nos seus transístores.*”



(Comissão da História das Transmissões Militares, 2015, p.135).

Feita a identificação de Medidas de Apoio Eletrónicas (MAE) e Contra Medidas Eletrónicas (CME), refere-se, de seguida, a presença das últimas medidas que compõem a GE: Medidas de Proteção Eletrónicas (MPE).

O Manual do Oficial Miliciano tem, coligido, a informação essencial de que cada Oficial Miliciano deveria ser conhecedor, reservando uma parte, sintetizada, para a segurança das Transmissões. Nele é referido que são componentes da segurança das transmissões a segurança criptográfica, dos meios, processos de transmissão e física (Ministério do Exército, 1967b).

A segurança criptográfica consistia na correta utilização de sistemas criptográficos apropriados, definidos e autorizados pela Chefia do Serviço de Reconhecimento das Transmissões. Era desempenhada, principalmente, pelos elementos do serviço das Transmissões.

A segurança dos meios e processos de transmissões era obtida, fundamentalmente, por uma rigorosa e disciplinada exploração de transmissões. Algumas destas regras, enumeradas no referido manual, eram:

- evitar comunicações rádio se houver outros meios ao dispor;
- existência, em cada rede, de uma central ou estação de controlo, para garantia da disciplina e fiscalização da rede;
- tempo de duração das transmissões reduzido;
- utilização de mensagens cifradas;
- utilização rigorosa das frequências autorizadas;
- alteração frequente dos indicativos de chamada;
- recurso à radiolocalização, ou no mínimo azimutagem, para despistagem de mistificação.

A segurança física consistia nas *“...medidas necessárias para evitar que pessoas ou entidades não autorizadas tenham acesso a instalações, equipamento, documentos e material de transmissões classificado”* (Ministério do Exército, 1967b, p.335), obtendo-se tal com o manuseamento do material classificado apenas por pessoal autorizado, utilização de arrecadações apropriadas e eventual destruição do referido material.

Embora a literatura consultada seja pouco detalhada, no que concerne à GE, foi possível identificar a existência de meios, bem como de doutrina, para a execução destas



atividades em todo o seu âmbito (MAE, CME e MPE). As MPE eram as que estavam num estado de desenvolvimento mais “avançado”, em virtude da maturidade da disciplina da segurança das transmissões e da sua inclusão na atual definição de GE. Por outro lado, devido ao seu estado embrionário, não se ter a real noção das potencialidades da GE e à reduzida utilização do espectro eletromagnético por parte do In, as ações da GE, nomeadamente MAE e CME, foram limitadas, nunca tendo sido uma prioridade. Assim, considerando a conjuntura, é razoável deduzir-se que o Exército tinha capacidade para praticar este tipo de guerra, explorando o espaço eletromagnético e negando-o ao In, tendo evoluído com o desenrolar do conflito.

d. Identificar Operações de Assunto Cívico

D6 – Condução de Assuntos Cívicos

Particularmente no referente aos assuntos cívicos na sua área de responsabilidade, como reporta Cann (2005, p.88), foram empregues três métodos de integração de entidades cívicas e militares. Estes variaram ao longo do tempo entre estruturas cívicas e militares paralelas, uma estrutura militar única e estrutura mista; combinando organizações cívicas e militares. O mais proveitoso, como aponta Cann (2005, p.91) foi o último método e no terreno, a partir de 1967, a Estrutura de Contra-Subversão encontrava-se organizada da seguinte forma:

- Conselho Provincial;
- Conselhos especiais (Zona Militar Leste e Norte);
- Conselhos Distritais;
- Conselhos Locais.

Definitivamente articuladas em 1968, as Comissões Locais atuavam aos mais baixos escalões, ainda que superiormente enquadradas pelo Conselho Geral da Contra-Subversão e Conselho Executivo liderados pelo Governador Geral e pelo Comandante da RMA e pelos respetivos Conselhos Distritais para a Contra-Subversão .

Assim, a estrutura militar (por vezes confundindo-se com a estrutura cívica), ligava-se diretamente às populações numa lógica de apoio cívico continuado. Deste modo, as comissões locais, ao nível de quadrícula, desempenhavam papéis de relevância pois encontravam-se junto ao povo e como tal “...em melhor posição para compreender, captar e transmitir os verdadeiros interesses e aspirações...” como afirma o Coronel Gomes



Bessa (1972, cit. por Cann, 2001, p. 85). Nesta estrutura, o comando militar na sua área de responsabilidade e nos diversos patamares organizativos desde Distrito até municípios e postos administrativos, ligava-se então com as autoridades de governação, forças policiais, PIDE, líderes locais e Igreja católica.

Como aponta Cann (2005, p.91), estes órgãos congregavam “... *civis e militares e tratavam vários problemas aos seus respetivos níveis. Muitas vezes, a Igreja Católica, as autoridades locais tradicionais, chefes de milícia, ou diretores dos serviços de educação ou saúde, eram representados nas suas reuniões para encontrar soluções e informar sobre os seus problemas*”. Estes problemas de nível local eram assim resolúveis, aos mais baixos escalões, mormente pelas companhias de quadrícula.

Uma outra estrutura, o Conselho para a Condução da Ação Psicológica operava a nível distrital e requeria uma estreita coordenação, visando uma ação eficaz e contínua (Waals, 2011, pp.207–209).

Em súpula, deduz-se que a condução de assuntos civis encontrava-se assim estruturada de modo a reforçar relações e cooperação entre populações e entidades civis e militares, tal como previsto na PDE 3-00 (2012, p.8–7), permitindo a criação e manutenção de confiança que visava a cooperação efetiva entre ambas.

e. Identificar a operacionalização do sistema de Comando Missão

(1) D7 – Redes de Comando e Controlo

Até ao ano de 1961 as Transmissões, em Angola pouco tinham evoluído, ao ponto das unidades que partiam em missão para aquele destino, não tendo qualquer ligação rádio com os seus escalões superiores, terem como única alternativa a comunicação, de forma insegura, através das redes dos diversos postos administrativos por onde passavam. Em oposição, na Capital, existiam duas unidades de Transmissões de elite: o Batalhão de Telegrafistas, nas transmissões permanentes e o Batalhão de Transmissões nº3, nas transmissões de campanha. Foi da primeira unidade que, nesse mesmo ano, foi enviado o primeiro destacamento do Serviço de Telecomunicações Militares (STM) para Angola, com a missão de incluir aquela colónia no sistema de transmissões permanentes. Pela sua ação, passou-se a ter ligação entre o TO e a Capital, através de um sistema de transmissões em HF e também ligação entre os comandantes das regiões militares com as suas unidades,



através de redes radiotelegráficas. A situação continuava preocupante, “...com as redes rádios fixas constituídas à base de postos Ingleses, P-19 e ZC-1” (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008, p.98), de fraca potência e manutenção complexa e morosa, o que conduzia a que as ligações só se pudessem verificar a certas horas do dia. Este sistema revelou-se insuficiente, dado o fluxo operacional e logístico originado pela situação de guerra (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

O problema das transmissões de campanha era, também, sobejamente conhecido e, mesmo antes do início da campanha, foram propostas soluções à Inspeção das Tropas de Transmissões (ITT), para permitir ligar os diversos escalões (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008). As comunicações necessárias tinham como bitola alcances de 10km para Companhia-Pelotão e 100km para as ligações Batalhão-Companhia (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

Pouco tempo mais tarde procedeu-se à aquisição de 160 emissores-recetores AN/GRC-9²⁰, para substituir parte dos P-19, P-21 e ZC-1, que já permitiam manter comunicações a longas distâncias e, inclusivamente, escolher as frequências e indicativos para cada tipo de chamada (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

Os postos de comunicações eram guarnecidos e equipados por pessoal das companhias de Transmissões, existentes na unidade de Engenharia de cada uma das regiões.



Figura 10 - E/R de HF, AN/GRC-9, pronto a operar

²⁰ Compra por Angola de 160 E/R AN/GRC-9 resultantes de contrapartidas da Alemanha à venda do café.



No decorrer da guerra, em 1968, as Transmissões deram um novo passo de gigante, com a substituição dos AN/GRC-9, quase na sua totalidade, pelo Racal TR-28, mais leve e com maior autonomia.

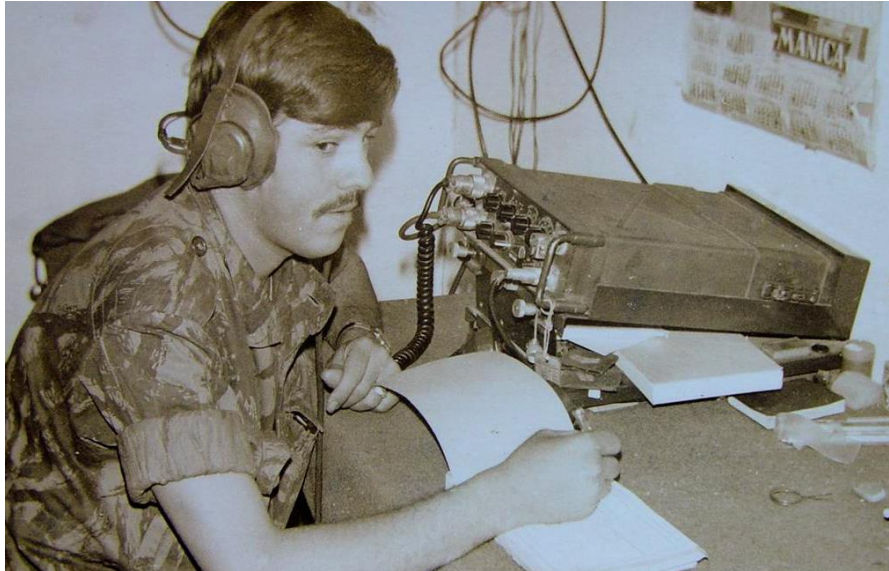


Figura 11 - E/R de HF, Racal TR-28

Já nesta fase, foram definidas duas redes permanentes com frequências de escuta obrigatória, uma de chamada e outra de serviço, para atender a pedidos de socorro.

No final da Guerra, as ligações existentes eram francamente evoluídas, relativamente dispersas por todo o território, com possibilidade de ligação rádio, conforme esquematizado na Figura 12, mas também ligação telefónica e telegráfica, ligações por cabo hertziano, redes rádio de grafia e fonia, rede de telegrafia por Teleimpressor e redes telefónicas enterradas nos troços principais de acesso às principais províncias (Comissão da História das Transmissões Militares, 2008).

Como já enumerado anteriormente, o sistema do Comando Missão é constituído, entre outras componentes, por uma combinação de pessoal, redes e equipamentos, para permitir aos comandantes conduzir operações. Neste subcapítulo identificaram-se uma série de aspetos da operacionalização de redes de C2, nomeadamente os equipamentos utilizados (que evoluíram com o conflito), os elementos que os operavam (que eram, essencialmente, “especialistas” do Serviço de Transmissões), em que tipos de redes (não só rádio mas, também, por exemplo, por cabo, e não só de fonia mas, também, de grafia), e de que forma eram ligados (com prioridades para a ligação entre Angola e a Metrópole, entre os Comandos das Regiões e as suas subunidades, e, já numa fase avançada do conflito,



também entre as principais províncias da colónia). Com o evoluir do conflito, as redes adaptaram-se adequadamente, para permitir aos Comandantes transmitir informação e controlar forças, tal como é possível observar na Figura 12, onde as regiões mais críticas de Angola estavam mais irrigadas com linhas de comunicações.

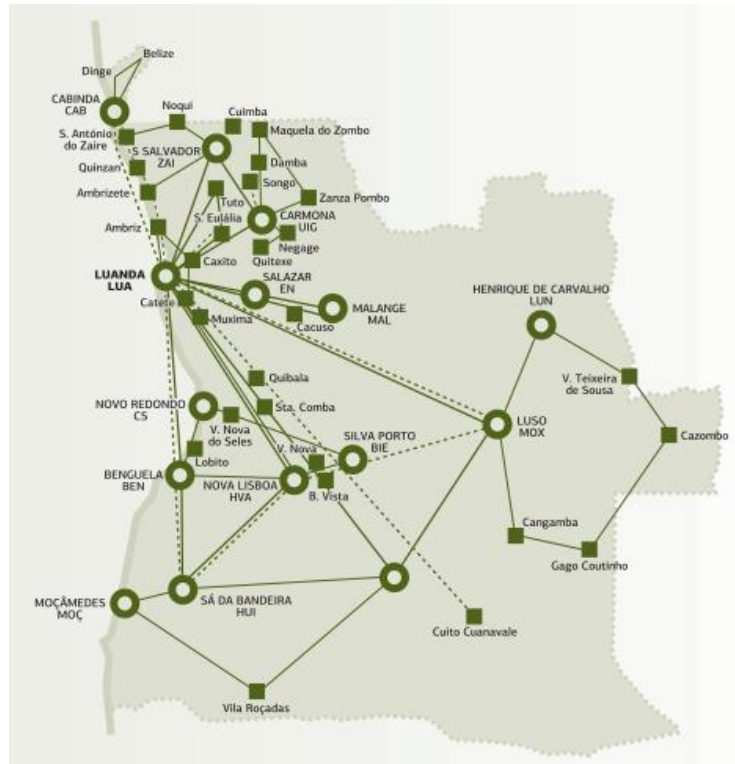


Figura 12 - Rede rádio das transmissões permanentes, em Angola, no final do conflito (fonte: Comissão da História das Transmissões Militares, 2008)

(2) D8 – Estrutura procedimental e documental do sistema de informação

Durante a guerra de África, no que concerne às Informações, o ciclo da sua produção estava, também, faseado de forma semelhante ao atual (orientação do esforço de pesquisa, pesquisa, processamento e disseminação), ainda que com designações diferentes.

As “...notícias, só depois de bem mastigadas” e depois de passar por “...aquilo a que chamávamos a confirmação, que consistia em comparar elementos que já tínhamos com as declarações do pessoal capturado e das populações da zona, quando as havia, e ver se as coisas «batiam certo» ... é que passavam a ser informações” (Pinto, 1995, pp.473–474). Finalizado este processo, estas eram difundidas verbalmente, ou através de diversos relatórios. Estes relatórios tinham uma distribuição que abrangia não só os escalões militares superiores, inferiores e laterais, como também os restantes serviços de informações (PIDE, SCCI e Autoridades Administrativas). Por sua vez, estes serviços civis



elaboravam também relatórios especiais de informações e relatórios periódicos, partilhados com os Comandos Militares. Esta “...troca ... processava-se, com regularidade, através de reuniões semanais, que eram levadas a efeito, não só a nível superior, como também a nível Setor/Distrito” (Estado Maior do Exército, 1988, pp.367–368).

Os relatórios eram difundidos de diferentes formas: mediante o escalão, equivalia um determinado relatório. No escalão Batalhão de Caçadores e equivalente, através de sumários de informações ou relatórios imediatos, sempre que a urgência o exigia, mas sobretudo através dos relatórios de situação (SITREP). No escalão Setor, era de forma idêntica ao procedimento seguido a nível batalhão. No escalão Comando da RM ou CTI e mais tarde no Comando-Chefe, quando este último assumiu em pleno o encargo da conduta operacional, através dos SITREP diários, Relatórios Periódicos de Informações (PERINTREP), Relatórios Suplementares de Informações (SUPINTREP), Relatórios Especiais de Informações e Relatórios Imediatos. Os PERINTREP fluíam por todos os escalões, sendo “...distribuídos em mais de uma centena de exemplares e iam até o escalão companhia. Iam do quartel-general para os comandos de setor, para os comandos de batalhão e para os comandos de companhia. Evidentemente que também iam para o comando-chefe e vinham para Portugal. É verdade que, quando o PERINTREP chegava ao comandante de companhia, algumas das informações nele contidas já estavam ultrapassadas. Mas mesmo ultrapassadas, essas continham informações de interesse. Chamávamos-lhes informações de base...” (Pinto, 1995, p.474).

Especificando a responsabilidade da 2ª repartição nesta área e sendo o Regulamento de Informações (Ministério do Exército, 1966) a referência doutrinária para as informações, nele vem definido a panóplia de documentos de informações da sua responsabilidade. Descritos nesse manual, em capítulos específicos, existem o plano de pesquisa, documentos de registo (diário da 2ª repartição, carta da situação do inimigo, pasta de trabalho do oficial de informações e arquivo de informações), estudo tático da área de operações, estudo da situação de informações, anexo de informações, relatório periódico de informações, documentos de ordem de batalha, e modelos e exemplos de outros documentos de informações. Mais detalhadamente, este último capítulo está dividido em seis secções, especificando o sumário de informações (INTSUM), relatórios de bombardeamento (SHELREP, MORTREP ou BOMBREP), relatórios de explosões nucleares e de ataques com agentes biológicos e químicos (BQ), documentos de contra informação, normas de execução permanente (NEP) e relatório de situação (SITREP).



Em suma, durante a guerra de África já existia um ciclo de produção de informações semelhante ao que é hoje assumido doutrinariamente (recolhendo, processando, guardando e disseminando informação), cujos produtos eram vertidos essencialmente numa grande panóplia de diferentes relatórios, cada um com as suas características e destinados a diferentes escalões. Isto permitiu não só a colaboração entre os diversos escalões, como também a organização da actividade dos EM. Havia também cooperação entre entidades civis e militares, com a partilha destes relatórios de informações, constatando-se que, com o evoluir do conflito, o Exército soube adaptar-se às suas exigências singulares. As adaptações do Exército ao novo paradigma da Guerra Subversiva (Cann, 2005, p.32) permitiram vencer a guerra militarmente, em Angola (Cann, 2005, p.255), tendo para tal contribuído, de sobremaneira, o sistema de informação.



Conclusões

A complexidade do conflito ultramarino em Angola e a sua extensão de 13 anos, bem como a necessária limitação definida para a realização do trabalho aqui vertido, constituíram-se um verdadeiro desafio para este grupo de trabalho.

Esta investigação ainda pode ser mais aprofundada, nomeadamente na vertente filosofia de Comando (arte do comando), em que se pode estudar os estilos de liderança implementados pelos diversos Comandantes. Assim como a sua vertente de função de combate também pode ser investigada, nomeadamente nas tarefas primárias do Comandante e do EM e tarefas adicionais que não foram consideradas pelo grupo de trabalho. De realçar que, conjuntamente com as investigações dos restantes grupos de trabalho, quando integradas, facilitarão a compreensão da organização das operações por funções de combate durante o conflito em Angola no período de 1961 a 1974.

Ainda assim, pretendeu-se dar corpo a toda uma temática que, ainda que em voga, não havia sido analisada de acordo com o prisma do Comando Missão, tal como hoje ele é entendido. Este conceito, extenso e complexo, derivando do Comando e Controlo foi forçosamente analisado sob o ponto de vista da ciência do controlo, dado que é mensurável e consubstanciável em literatura e dados da época. Não foi analisado, propositadamente a arte do comando, porquanto filosofia, variável e pessoal e como tal considerado como não observável através dos recursos que priorizámos. Como método de análise, ainda que redutor, aplicou-se o método dedutivo relativamente a amostragens limitadas mas exemplificativas. Assim foi feito com o intuito de verificar o Comando Missão enquanto função de combate e abrangendo as tarefas primárias do Comandante, tarefas primárias do Estado Maior, tarefas adicionais e o sistema de Comando Missão, ainda que não na globalidade dos seus componentes.

Para tal, à questão central de que forma eram conduzidas/ operacionalizadas as tarefas relacionadas com o Comando Missão no Teatro de Operações de Angola em 1961-74, articulou-se nas seguintes questões derivadas:

QD1: “ Como é que era dirigido e conduzido o processo operacional?”;

QD2: “Como é que eram conduzidas as atividades de informação e influência?”;

QD3: “Como é que eram conduzidas as atividades eletromagnéticas?”;

QD4: “Como é que eram conduzidas as operações de assuntos civis?”;

QD5: “Como é que estava operacionalizado o sistema de Comando Missão?”.



No tocante à Q1, deduziu-se que o processo operacional foi dirigido e conduzido de modo a que, do nível operacional ao tático, o comando fosse sincronizado para se alcançar o estado final desejado. Através do planeamento, direção e execução de planos e ordens visou-se alcançar a necessidade de controlo populacional e territorial, envolvendo tanto Comandantes como EM. Sob a forma de planeamento organizativo vertido nos planos “Centaurus Grande “ e “Marfim Negro”, ainda que não se detalhe em pormenor neste trabalho os métodos empregues para a sua elaboração, constata-se que existe o pormenor de definir o estado final desejado, tarefas chave, orientação para conceito de operação e organização de EM à semelhança do que hoje doutrinariamente se emprega, tal como definido no PDE 3-00 (2012, pp.4–8).

Materializado nas zonas de ação que conseqüentemente foram definidas (as quadrículas), gizadas aos mais elevados escalões e executadas aos mais baixos escalões, dá corpo à ligação entre a finalidade e o estado final desejado. Para esta visualização e compreensão por parte dos comandantes, a estruturação e funcionamento de um Estado Maior foi vital, sendo replicada a todos os níveis e adaptada às necessidades.

Quanto à condução de atividades de informação e influência da QD2, estas chegaram a ser tão relevantes que, na senda de informação junto das populações locais e na influência sobre as ações inimigas, foram prioritárias em detrimento das operações de combate. Estes efeitos em audiências-alvo, foram amplamente criados e executados por forças militares mas também pela conjugação e articulação de elementos civis e diversificadas técnicas. Dos dados analisados, deduz-se que a ação psicossocial pretendia ganhar apoios e influenciar o inimigo, sendo que constituía a linha de esforço da influência.

No que concerne às atividades eletromagnéticas da QD3, verificou-se a existência e a capacidade de aplicação de MAE, CME e MPE, embora apenas as últimas tenham tido expressão. Ao longo do conflito houve desenvolvimentos neste âmbito, deduzindo-se assim que se tinha condições para combater o In também nesta dimensão: garantia de liberdade de ação da exploração do espaço eletromagnético pelo Exército e capacidade de negar a sua utilização ao In.



A QD4, referente à condução de assuntos civis, reflete uma vez mais a relação umbilical com as ações militares. Deduziu-se que se baseou em estruturas existentes e em relações de poder locais, que foram sendo adequadas tendo em vista a luta contrasubversiva e a criação e manutenção de confiança entre população e entidades civis e militares.

Foi possível confirmar a operacionalização do sistema de Comando Missão, da QD5, em dois âmbitos: verificando a existência de redes de C2, que sofreram grande desenvolvimento ao longo do conflito, permitindo aos Comandantes transmitir informação e controlar forças e a existência de uma detalhada panóplia de relatórios de informações, que fluía naquela rede de C2, permitindo não só a colaboração entre os diversos escalões, como também a organização da actividade dos EM. Deduz-se que a conjugação destes dois aspetos terão sido fundamentais para a adaptação do Exército ao novo paradigma da Guerra Subversiva, a todos os escalões e envolvendo entidades civis e para o sucesso, ainda que apenas militarmente, no TO de Angola.

Deste modo, a questão central é validada através de constatação de que estruturalmente e na prática se articulou um conjunto de pessoas, sistemas, processos e procedimentos liderada por comandantes e apoiada em Estado Maior a todos os níveis de planeamento e execução ao longo do período de 1961 a 1974. Todas estas características encontravam-se organizadas de modo a, invariavelmente, permitir um controlo de população e território que se entendiam fulcrais para a consecução duma contrasubversão eficiente e eficaz. De forma flexível mas integrada numa lógica centralizadora da ação, o Comando Missão era entendido como a forma de, onde quer que fosse e como quer que fosse, os objetivos finais fossem visados e alcançados.

De facto, ousamos afirmar, que sem o Comando Missão de modo algum teria sido possível integrar as restantes funções de combate.



Bibliografia

- Afonso, A. e Gomes, C. de M., 2000. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C. de M., 2010. *Os anos da Guerra Colonial 1961-1975*. 1ª ed. s.l.: QuidNovi.
- BÇaç 505, 1965. *Ordem de Operações nº8/DM*.
- Cann, J.P., 2005. *Contra-Subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África, 1961-1974*. Prefácio.
- Comando da 3ª RM (Q.G./3ª Rep.), 1961. *Plano de Operações 'GAMA'*.
- Comissão da História das Transmissões Militares, 2008. *As Transmissões Militares da Guerra Peninsular ao 25 Abril*. Lisboa.
- Comissão da História das Transmissões Militares, 2015. *História das Transmissões Militares, um blogue da Comissão da História das Transmissões*. [Em linha] Disponível em: <<https://historiadastransmissoes.wordpress.com/publicacoes/palestras/palestra-naualg/>> [Consult. 22 Apr. 2015].
- Department of the Army, 2012. *ADRP 6-0 - Mission Command*. Washington DC.
- Estado Maior do Exército, 1966a. *O Exército na Guerra Subversiva - II - Operações contra bandos armados e guerrilhas*.
- Estado Maior do Exército, 1966b. *O Exército na Guerra Subversiva - III - Acção psicológica*.
- Estado Maior do Exército, 1988. *CECA, Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa.
- Estado Maior do Exército, 2012. *PDE 3-00 - Operações*. s.l.
- Exército Português, 2010. *Evolução do EME - Resenha histórica*. [Em linha] Disponível em: <<http://www.exercito.pt/sites/EME/Historial/Paginas/default.aspx>> [Consult. 15 Mar. 2015].
- Ministério do Exército, 1966. *Regulamento de Campanha de Informações, volume II*. s.l.
- Ministério do Exército, 1967a. *Manual do Oficial Miliciano, parte geral, 1º volume*. s.l.
- Ministério do Exército, 1967b. *Manual do Oficial Miliciano, parte geral, 2º volume*. s.l.
- Nunes, A.P., 2005. *Angola 1966-74: Vitória Militar no Leste*. Tribuna.
- Pinto, M., 1995. *As Informações*. In: *A Guerra de África 1961-1974 - Volume I*. s.l.



Waals, W.S. van der, 2011. *Portugal's war in Angola 1961-1974*. Protea Book House.



ANEXO A – Síntese dos objetivos, dimensões e questões orientadoras

Tabela 1 – Objetivos, dimensões e questões orientadoras

Objetivo geral	Objetivo específicos	Dimensão	Questão central	Questões derivadas	
Testar a validade do Comando Missão no TO de Angola	Identificar e analisar o Processo Operacional	D1 – Direção do Processo Operacional pelos Comandantes	De que forma eram conduzidas/operacionalizadas as tarefas relacionadas com o Comando Missão no Teatro de Operações de Angola ente 1961 e 1974?	Como era dirigido e conduzido o Processo Operacional?	
		D2 – Condução do Processo Operacional pelo EM			
	Caracterizar as atividades de Informação e Influência (AII)	D3 – Meios e processos de criação de efeitos em AA		Como eram conduzidas as Atividades de Informação e Influência (AII)?	
		D4 – Ligação com entidades locais			
	Identificar e caracterizar as atividades Ciber/Eletromagnéticas	D5 – Guerra Eletrónica		Como é que eram conduzidas as atividades eletromagnéticas?	
	Identificar Operações de Assunto Civis	D6 – Condução de Assuntos Civis		Como é que eram conduzidas as operações de assuntos civis?	
	Identificar a operacionalização do sistema de Comando Missão	D7 – Redes de C2			Como é que estava operacionalizado o Sistema de Comando Missão?
		D8 – Estrutura procedimental e documental do sistema de informação			



ANEXO B – Síntese dos indicadores

Tabela 2 – Indicadores

Indicadores
I1.1 – Verificar indicações do Comandante ao seu EM, para o Planeamento das Operações
I1.2 – Verificar a existência de uma solução empregue para a resolução de um problema complexo
I2.1 – Validar a existência de um EM organizado
I2.2 – Definir as responsabilidades das repartições do EM
I3.1 – Descrever as unidades existentes, e tipos de atividades, empregues para influenciar a população
I3.2 – Verificar as atividades das PSYOPS empregues
I4.1 – Comprovar a organização da força para efetuar a ligação
I5.1 – Validar a existência de meios e procedimentos aplicados em Medidas de Apoio Eletrónicas e Contra Medidas Eletrónicas
I5.2 – Descrever Medidas de Proteção Eletrónicas
I6.1 – Descrever com quem se ligava a estrutura de comando na sua AOR
I7.1 – Validar indícios de como é que os diversos comandos estavam ligados
I7.2 – Descrever as redes que existiam
I7.3 – Validar a existência de pessoal especializado que geria as redes
I7.4 – Como eram geridas as redes
I8.1 – Descrever o processamento de geração de informações
I8.2 – Validar a existência de relatórios de informações



ANEXO C – Mapa Concetual

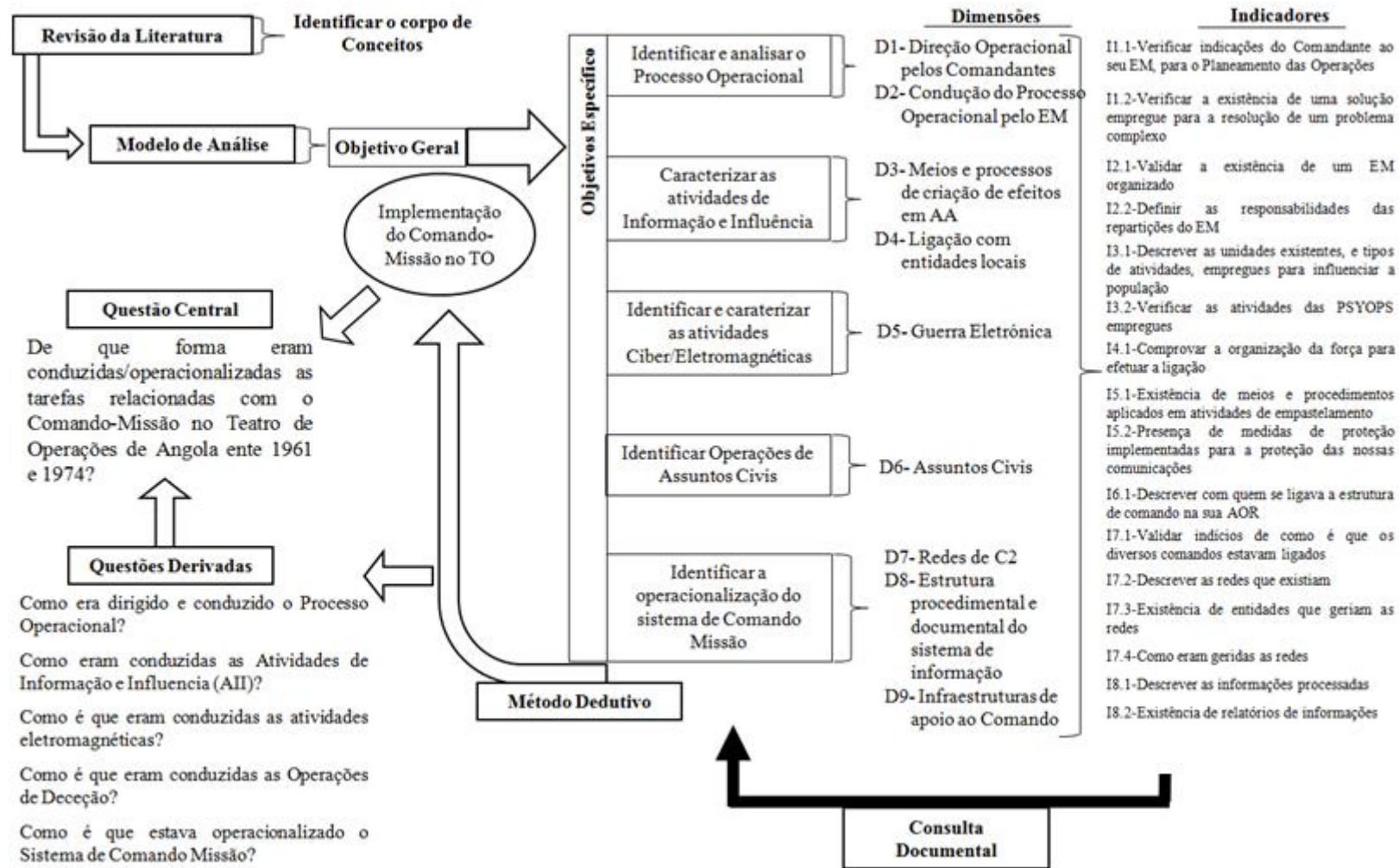


Figura 13 - Mapa Concetual



ANEXO D – Forças auxiliares

Estas forças, desde 1961, eram recrutadas de forma diferente das forças regulares e estavam sob controlo das Forças Armadas. Eram constituídas por voluntários naturais do território, e países circundantes, desempenhando missões desde auto-defesa de povoações, integradas em operações regulares, até missões isoladas e especiais (Nunes, 2005, p.63). Eram conhecedores dos idiomas, costumes e, por englobarem nativos, afirmavam o comprometimento dos locais com Portugal.

Deste modo, encontravam-se em Angola as seguintes forças:

1. Milícias Tradicionais de Regedoria e Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil (OPVDC)

As primeiras eram civis armados e organizados para a auto-defesa da sua aldeia, enquanto que os segundos eram compostos por indivíduos contratados, com função (inicial) de proteger áreas rurais no Norte de Angola, sendo compostas, maioritariamente, por colonos brancos.



Figura 14 - Formatura de milícias. Fonte: Angola 1966-74, Vitória Militar no Leste (2005, p.67)

2. Forças de contra-guerrilha



a. Tropas Especiais (TE)

Obtiveram esta designação devido à origem do seu recrutamento, originário das deserções de membros de alguns movimentos revolucionários, particularmente de Cabinda. Constituídos por cerca de 1200 indivíduos que, de acordo com o General Duarte Silva (1995, cit. por Cann 2005, p. 135), “...*foi fundamental para ajudar os portugueses a controlarem Cabinda e a adjacente fronteira Norte de Angola.*”, sendo que metade das suas forças permaneceram no Congo para reunir informações. Tinham grande preparação militar e política, muita dela adquirida no estrangeiro e, como tal, eram conhecedores dos processos do In. Eram excelentes operacionais “...*justificando toda a confiança que depositávamos neles*” (Nunes, 2005, p.63).

b. Grupos Especiais

Semelhantes às TE quanto à sua origem de recrutamento, englobavam igualmente voluntários, localmente recrutados. Surgiram em 1968, no Leste de Angola, e estavam organizados de forma a “...*criar forças voluntárias regionais, conjugar a actividade civil e militar dos seus elementos, comprometer politicamente as populações e elevar o nível socio-económico dos seus elementos e agregados familiares*” (Nunes, 2005, p.63). Mantinham as suas atividades diárias nas povoações e estavam estruturados, normalmente, em grupos de efetivo de 31 elementos, sendo que, dois ou mais grupos, constituíam um núcleo. Em 1964 existiam 99 grupos, totalizando 3069 elementos que, normalmente, se comportavam bem em combate e frequentemente conseguiam volumosas capturas em material, como afirmam Nunes (2005, p.66) e Cann (2005, p.136).

c. Fiéis Catanguenses e Leais

Os fiéis eram originários do Congo Belga, amotinados da *Force Publique* (Gendarmes do Zaire). Em 1967, juntaram-se às forças portuguesas, no Leste de Angola, em Teixeira de Sousa, depois de derrotados no seu país de origem. Totalizando cerca de 4600 elementos (incluindo mulheres e crianças), constituíram três batalhões a 15 companhias, totalizando 2300 elementos. Cada



Batalhão operava a partir de um campo e mantiveram a sua estrutura de comando própria, sendo que, em operações com forças portuguesas, eram colocados sob comando operacional local. A sua missão era, normalmente, proteger as tropas portuguesas, que construíam estradas e manter pressão sobre os congolezes e suas linhas de infiltração em território angolano.

Os Leais, por sua vez, eram em tudo semelhantes, mas só tinham um efetivo de uma Companhia e eram refugiados da Zâmbia, atuando em reforço de Batalhão na região de Cazombo (Nunes, 2005, p.66).

d. Os Flechas

Fundados e comandados operacionalmente pela PIDE, a partir de 1967, começaram a ser empregues para desempenhar funções de contrainsurreição. Entendidos como um corpo de forças auxiliares, e tinham a sua base de recrutamento, essencialmente, em bosquímanos, sendo reconhecidos como excelentes pisteiros e temíveis combatentes. Operavam em “...pequenos grupos de reconhecimento ou em contingentes maiores, dentro de uma operação do Exército. Estas missões de reconhecimento eram patrulhas de vasto alcance e profunda penetração em áreas inimigas conhecidas ou suspeitas, levadas a cabo de forma espartana e discreta.” (Cann, 2005, p.143).

Normalmente operavam com as tropas comandos e eram muito respeitados, tendo uma maneira muito própria, africana, de operar. Usualmente não excediam grupos de 30 homens e operavam, invariavelmente, onde estavam muito à vontade quanto à língua e ao terreno, reportando diretamente em operações ao Comandante do exército local e, muitas vezes empregues, como guias das tropas regulares. Em 1974, havia 1000 Flechas.



APENSO A – Plano de Operações "GAMA", Comando da 3ª RM (QG/3ª Rep)

S E C R E T O

Sciope
PLANO DE OPERAÇÕES "GAMA"/Pág. 1
EXEMPLAR Nº 25
COMANDO DA 3ª R.M. (Q.G./3ª Rep.)
030030 JUN.61
F.P.8

OPERAÇÃO "GAMA"

Refªs:- Mapa rodoviário - 1960 (escala 1/1.500.000)
- Carta 1/100.000 da Junta das Missões Geográficas (folhas 71, 72, 73, 74, 89, 90, 91 e 92)
- Carta 1/250.000 da Junta das Missões Geográficas (SUL B 33 - Folhas O, P, U e V)

1 - SITUAÇÃO

a. Inimigo - Anexo 1 (INFORMAÇÕES)

b. Forças Amigas

As nossas Forças Armadas compete:

- (1) - Garantir a segurança das populações brancas e negras leais, dos centros vitais da economia da Província e a integridade do território, através de um dispositivo de protecção;
- (2) - Reforçar, se e quando necessário, aquele dispositivo, eliminar actos de terrorismo ou de invasão, e limpar as regiões infestadas, com base num dispositivo de intervenção.

2 - MISSÃO

Este Comando, recorrendo a meios de reforço recebidos da Metrópole, vai punir severamente os bandos que actuam no Norte do Distrito do QUANZA NORTE e na região CARMONA - SONGO - NOVA CAIPEMBA - ZALALA, com vista a:

- aliviar o eixo ÚCUA - QUITEXE - CARMONA das pressões dos bandos rebeldes;
- garantir a segurança dos centros e regiões importantes da região CARMONA - SONGO - NOVA CAIPEMBA - ZALALA, com vista não só a aliviar CARMONA da pressão dos bandos rebeldes, como também a facilitar a colheita do café na referida região;
- exterminar os bandos rebeldes detectados.

3 - EXECUÇÃO

a. Manobra

(1) - É minha intenção:

- Progredir segundo o eixo LUANDA - CAXITO - ÚCUA - DANGE - QUITEXE - CARMONA, actuando, a partir de ÚCUA, com fortes patrulhas, a um e outro lado do itinerário e na maior largura possível, tendo em especial atenção a detecção e destruição dos bandos rebeldes nas regiões de GOMBE-IA-MUQUIAMA, ZALA-PIRI e COLUA, que devem ser assoladas;
- isolar e destruir os bandos rebeldes instalados no interior do perímetro definido pelas estradas que ligam CARMONA - SONGO - NOVA CAIPEMBA - ZALALA - QUITEXE;

S E C R E T O



S E C R E T O

PLANO OP. "GAMA"/Pág. 2

- restabelecer o contacto com as populações nativas, fixando-lhes locais de reagrupamento, devidamente protegidos;
 - logo que possível, estabelecer ligação entre as regiões de NOVA CAIPEMBA e TOTO.
- (2) - Dispositivo
Em reforço do Agrupamento "ALFA", a partir de CARMONA: CARMONA (excl.) - SONGO (incl.) - NOVA CAIPEMBA (incl.) - ZALALA (incl.) - QUITEXE (excl.):
- B. Caç. 96 com
Com. do B.Caç. 96
C.Caç. 103
C.Caç. 104
C.Caç. 105
Forças militarizadas, voluntários e Corpo de Trabalho e Recuperação Económica, na respectiva zona de acção (só para fins operacionais)
- b. Missão
- Numa 1ª fase
 - Progredir rapidamente, até ÚCUA, segundo o eixo LUANDA - CAXITO - ÚCUA.
 - Atingido ÚCUA e em íntima ligação com o B.Caç. Quanza Norte, continuar a progressão até QUITEXE, lançando a um e outro lado da estrada forças de efectivo de Companhia, destinadas a detectar e destruir bandos rebeldes, em especial sobre as regiões de GOMBE-IA-MUQUIAMA, ZALA-PIRI e COLUA, nas quais se exercerão represálias sobre os rebeldes e se destruirão todos os seus meios de vida;
 - Numa 2ª fase
 - Ocupar em força SONGO, NOVA CAIPEMBA e ZALALA
 - Por acções de patrulhamento intenso e emboscadas, isolar a região interior às estradas que ligam CARMONA - SONGO - NOVA CAIPEMBA - ZALALA - QUITEXE, no interior da qual detecta e destrói os bandos rebeldes.
 - Numa 3ª fase
 - Com os efectivos recuperados da acção contra os bandos rebeldes, assegurar a liberdade de movimentos na estrada NOVA CAIPEMBA - TOTO.
 - Em todas as fases
 - Reagrupar as populações nativas, em locais que proteja na sua zona de acção, incumbindo-as de todos os trabalhos necessários à instalação;
 - Exercer acção psicológica intensa sobre as populações nativas, com vista a desacreditar o inimigo, estigmatizando-o como bandos de assassinos;
 - Exercer acção psicológica intensa sobre a população europeia, fazendo realçar os imperativos da resposta à guerra revolucionária (reagrupamento, autodefesa, unidade de doutrina e de acção, coesão moral).

S E C R E T O



S E C R E T O

PLANO OP. "GAMA"/Pág. 3

x. Instruções de coordenação

- (1) - Movimentos e organização de colunas:
 - Início do movimento: 07^h50^{min}. JUN. 61
 - Organização da coluna: a cargo do B. Caç. 96
 - Fim da 1ª fase até 20 JUN. 61 (incl.)
- (2) - Organização do terreno

Na ocupação de localidades, recorrer sempre à organização do terreno, com vista à libertação de efectivos para as acções ofensivas.
- (3) - Organização do Comando

O B. Caç. 96 ao atingir QUITEXE passa a depender operacionalmente do Comando do Agrupamento ALFA.
- (4) - Apoio aéreo
 - Até atingir QUITEXE: pedidos a este Q.G., servindo de "relais", em caso de necessidade, o P.C. do B. Caç. "Quanza Norte"
 - Depois de atingido QUITEXE: pedidos ao Com. do Agrupamento ALFA.
 - Início: Em 8 JUN, depois de ultrapassado UCUA.
- (5) - NEP
 - Normas de requisição de forças militares
 - Instruções para as situações de vigilância, alerta e alarme. O B. Caç. 96 considera-se em situação de alarme
 - Instruções para os patrulhamentos
 - Normas para a actividade operacional (F.P.5 e F.P.5/2)
 - Plano de acção psicológica (F.P.3)
 - Ligação Ar-Terra e Mar-Terra - códigos (circular nº 8737)
- (6) - Relatórios
 - Até atingir QUITEXE - a este Q.G.
 - A partir de QUITEXE - ao Com. do Agrupamento ALFA
 - Frequência:
 - Alterações de dispositivo, movimentos e acções ofensivas - diários (via rádio)
 - Restantes actividades operacionais - referidos às 12^h de quartas-feiras e sábados (via normal)
 - Relativos a cada fase - no final da fase respectiva.

4 - SERVIÇOS

a. Administração

Directamente dependente deste Q.G. (Serviço de Cont. e Pagadoria)

b. Logística

- Até atingir QUITEXE: plano de apoio logístico "GAMA", a distribuir pela 4ª Repartição deste Q.G.
- Depois de QUITEXE: integra-se no plano de apoio logístico da operação ALFA.

S E C R E T O



S E C R E T O

PLANO OP."GAMA"/Pág. 4

5 - LIGAÇÃO

a. F.C.

- (1) - Do Comando do Agrupamento ALFA: CARMONA
- (2) - Do B.Caç. Quanza Norte: SALAZAR
- (3) - Do B.Caç. 96:
 - Durante os movimentos: sobre o eixo de marcha
 - Durante a 2ª fase: SONGO ou NOVA CAIPEMBA (a propor pelo Comando do Agrupamento ALFA).



b. Transmissões

I.P.Tm. e I.T.Tm. (a elaborar pela I.E.T.)

(Acusar a recepção pela referência F.P.8)

O COMANDANTE-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA

ANTÓNIO MIGUEL MONTEIRO LIBÓRIO
GENERAL

AUTENRICAÇÃO
Joaquim António Franco Pinheiro
f.w
JOAQUIM ANTÓNIO FRANCO PINHEIRO
TENENTE-CORONEL DO C.E.M.

S E C R E T O



S E C R E T O

Anexo nº 1 (INFORMAÇÕES)
ao Plano da Operação "GAMA"
Pág. 1 de 4 págs.

EXEMPLAR Nº. 25

COMANDO DA 3ª R.M. (Q.G./2ª.Rep)

LUANDA

~~030030~~ JUN 61

B.M. 3

ANEXO 1 (Plano de Informações "GAMA") ao Plano da Operação "GAMA".

1 - SUMARIO DA SITUAÇÃO DO IN

(Ver Apêndice 1 - Carta da situação)

- a - O In continua a mostrar-se particularmente activo nos distritos do ZAIRE, do UIGE e parte N dos distritos de LUANDA e Q.NORTE.
A sua actividade traduz-se no corte e obstrução das vias de comunicação, no ataque a colunas ao longo das mesmas, em assaltos e saques a fazendas e núcleos populacionais, em roubos de gado e ataques às populações nativas que não querem aderir ao movimento terrorista, especialmente aos trabalhadores bailundos.
- b - Continua na posse do In a zona de NAMBUANGONGO - QUICABO - DANGE, compreendida entre os Rios LOGE (excl.) a N e DANGE a S. O In domina toda esta zona desde fins de Março, desconhecendo-se o detalhe das suas actividades, organizações e efectivos. Em COLUA parece localizar-se um dos seus Postos de Comando.
- c - Na zona QUITEXE-CARMONA-SONGO-N.CAIPEMBA, o In tem-se revelado particularmente activo, refugiando-se nas regiões arborizadas e de difícil acesso - Serras de CANANGA, PINGANO, LUBECE, UIGE e PETE
- d - Das regiões referidas em b) e c) têm partido várias acções do In sobre as povoações e fazendas periféricas e sobre as colunas que se deslocam ao longo dos itinerários que as circundam.
- e - O seu maior esforço ofensivo tem sido exercido sobre o itinerário UCUA-QUITEXE. Estas localidades sofreram insistentes ataques, Alguns grupos de terroristas actuam também a S do itinerário atrás referido.
- f - O In dispõe de algumas armas automáticas, já reveladas nos ataques a UCUA e QUITEXE, suspeitando-se que se tenha apoderado também de alguns explosivos e escorvas abandonadas por empreiteiros na região de QUIBAXE.
- g - Possibilidades do In.
Admite-se que o In pode:
- (1)- Atacar em força as povoações da região de CARMONA - SONGO - N.CAIPEMBA - ZALALA, com grupos terroristas vindos de regiões limítrofes e refugiados nas Serras que circundam aquelas localidades ou nas zonas arborizadas.
 - (2)- Continuar a atacar com os elementos terroristas, localizados na região, as povoações de SONGO e N.CAIPEMBA e as populações nativas fieis, em especial os trabalhadores bailundos.
 - (3)- Reforçar aquelas acções com grupos de terroristas armados e preparados no exterior, infiltrados através dos distritos do ZAIRE e UIGE.

S E C R E T O



S E C R E T O

Anexo 1 (INFORMAÇÕES)
ao Plano da Operação "GAMA"
Pág. 2 de 4 págs.

- (4)- Actuar sobre as colunas ao longo das estradas em especial sobre o eixo CAXITO-UCUA-QUITEXE e estradas que convergem sobre N.CAIPEMBA.
- (5)- Continuar a actuar sobre as vias de comunicação e procurar interdizer os campos de aviação a fim de impedir os reabastecimentos e chegada de reforços.

Considera-se como mais provável a possibilidade 2, conjugada ou não com a possibilidade 3. Admite-se ainda, em face das manifestações de força das N.T. e sua acção de captação, que alguns núcleos de terroristas isolados, tentem entregar-se ou desistir das suas acções e regressar aos seus povos, em especial os elementos locais que foram forçados a segui-los.

2 - ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INFORMAÇÃO

- a - Os terroristas concentram-se para atacar ? Quando ? Como ? Com que efectivos e meios materiais ?
- b - Dispõe o In de forças tipo regulares ? Qual a sua origem, seus efectivos, dis positivo, localização, uniforme, distintivos e meios materiais de que dispõe ? Quais os seus Chefes e origem ? Encontram-se nelas praças C ou I nativas, na disponibilidade ou desertoras ?
- c - Os terroristas depõem as armas e entregam-se ou retiram para o território vizinho ?
- d - Qual a natureza, número e origem das armas de que dispõe o In ?
- e - Qual o estado das vias de comunicação, pontes e aeródromos ?
- f - Qual a reacção das populações à acção de captação das nossas tropas ?

3 - MISSÕES DE RECONHECIMENTO E OBSERVAÇÃO

Logo que obtidas as notícias enviar relatórios imediatos e sucintos ao Q.G., via rádio, seguidos do envio dum relatório pomemorizado no primeiro avião.
Relatórios negativos via rádio: 2 relatórios diários referidos às 0600h e 1600h.

- a - Grupos de terroristas organizados, ou em organização no nosso território e seus locais de concentração e possível zona de acção.
- b - Chefes dos grupos terroristas infiltrados ou constituídos no nosso território, sua nacionalidade, valor e autoridade perante os grupos que dirigem.
- c - Aquisição, fora do normal, no nosso território, de víveres, artigos de vestuário ou outros quaisquer que possam servir de distintivos.
- d - Existência de depósitos de víveres, armas e munições estabelecidos clandestinamente no nosso território.
- e - Armamento ou equipamento utilizado, ou a utilizar, pelos terroristas, seu tipo, natureza e origem.
- f - Moral dos grupos terroristas e sua eficiência.

S E C R E T O



S E C R E T O

Anexo 1 (INFORMAÇÕES)
ao Plano da Operação "GAMA"
Pág. 3 de 4 págs.

- g - Existência no nosso território de zonas de terreno arborizadas ou acidentadas, facilitando a ocultação ou infiltração.
- h - Estado das estradas e caminhos, dentro da zona de acção de cada Unidade; tipo de viaturas que neles podem transitar, estado das pontes, pontões, jangadas, troços intransitáveis com chuva, locais onde podem ser cortados ou que facilitem emboscadas.
- i - Atitude geral das populações perante os grupos de terroristas e perante as NT.

4 - CONTRA-INFORMAÇÃO

- (1)- Manter uma rigorosa disciplina de segurança individual e na Unidade, com vista à ignorância por parte do adversário, das possibilidades, limitações e planos de emprego das nossas forças e bem assim, do seu efectivo, dispositivo, armamento, equipamento, instrução e moral.
- (2)- Todas as informações classificadas, devem ser rigorosamente limitadas aos que tenham necessidade de as conhecer. Atenção especial para com os guias, os quais podem comprometer, sem qualquer intenção, o segredo das operações. Só se lhes deve dizer aquilo de que tenham necessidade absoluta de saber. Recomenda-se especial atenção para as especiais medidas de segurança que devem observar-se no manuseamento do "Plano da Operação GAMA".
- (3)- Todas as violações ou falhas de segurança, devem ser comunicadas prontamente ao Q.G./3^a.R.M..
- (4)- Revistar todas as instalações a evacuar, para garantia de que não é abandonado material classificado.
- (5)- Estabelecer um rigoroso sistema de senha e contra-senha. Os civis e militares desconhecidos, deverão identificar-se e mostrar o conteúdo dos volumes que possam transportar, antes de lhes ser concedida liberdade de movimento dentro da instalação militar. Igualmente, a sua identificação lhes deve ser pedida, quando se lhes transmitir qualquer informação de valor militar. Por à prova o sistema de guarda estabelecido, por forma a ter a garantia de que o mesmo é eficiente.
- (6)- Cuidados a ter com a correspondência:
 - (a)- Todo o envelope classificado de SECRETO ou MUITO SECRETO, deve ser lacrado com um sinete que identifique o órgão expedidor e que seja do seu exclusivo uso ou assinado sobre a colagem.
 - (b)- Toda a correspondência classificada de SECRETO e MUITO SECRETO, a enviar deve ser entregue nas mãos dos Comandantes de Avião, devendo ainda o seu envelope exterior ser também lacrado.
- (7)- Contra-Subversão dentro das forças armadas:
 - (a)- O moral das tropas deve ser constantemente activado pelos seus Chefes e Instrutores.
 - (b)- Deve igualmente o respectivo Comando controlar, tanto quanto possível, as relações dos seus subordinados, tendo em vista quaisquer contactos

S E C R E T O



S E C R E T O

Anexo 1 (INFORMAÇÕES)
ao Plano da Operação "GAMA"
Pág. 4 de 4 págs.



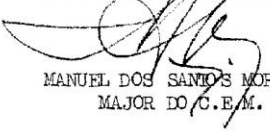
- que possam vir a estabelecer com elementos suspeitos.
- (c)- Sempre que um Comando possua qualquer indício suspeito sobre certo militar, deverá estabelecer-lhe uma rigorosa e discreta vigilância e propor superiormente a sua transferência, caso a referida suspeita se venha a concretizar.
- (8)- Tratamento para com prisioneiros:
- (a)- Civis
- Depois de sujeitos aos interrogatórios julgados necessários, serão entregues sob escolta à autoridade civil local ou à P.I.D.E. onde exista. Os prisioneiros considerados cabeçilhas importantes e os estrangeiros, deverão ser evacuados o mais rapidamente possível, depois de explorados como fonte de informação imediata, para LUANDA a fim de serem interrogados neste Q.G. e entregues em seguida à P.I.D.E..
- (b)- Militares
- Depois de sujeitos aos interrogatórios julgados necessários, ficarão à responsabilidade da Unidade cuja força os capturou, devendo a ocorrência ser comunicada urgente e telegraficamente ao Q.G./3ª. R.M..
- (9)- Correspondência particular:
- Para evitar que tenha de ser estabelecida a censura da correspondência, que a todos prejudica, recomenda-se que seja exercido o maior esforço junto de todos os militares e civis, servindo de guias, a fim de não divulgarem, através da sua correspondência, a Unidade em que servem e as funções que desempenham ou outros pormenores relativos às Operações.
- (10)- Correspondentes de guerra e jornalistas que acompanhem as forças:
- Devem as suas reportagens ser submetidas à apreciação dos Oficiais de Operações e Informação.

O COMANDANTE DA 3ª REGIÃO MILITAR

ANTÓNIO MIGUEL MONTEIRO LIBRÍO
GENERAL

AUTENTICAÇÃO

O CHEFE DA 2ª REPARTIÇÃO


MANUEL DOS SANTOS MOREIRA
MAJOR DO C.E.M.

DISTRIBUIÇÃO: Idêntica à do Plano da Operação "GAMA"

S E C R E T O



APENSO B – Ordem de Operações nº8/DM, do BCaç 505

CONFIDENCIAL

Exemplar Nº 3
Flh. 1 de 3 Flh.

BCAÇ 505
MICULA
258UT65



ORDEN DE OPERAÇÕES Nº 8/DM
(OPERAÇÃO "DOIS SEM TRUNFO")

Ref.: Fotomapa de ANGOLA 1/100.000 Folhas nºs 57 e 58

COMANDO	2 e 3
SECCAO	
IN	10611 P 4
ENTRADA	2 10 5
SAIDA	
AÇÃO TONADA	

1. SITUAÇÃO

a. Forças In

(1). O In encontra-se refugiado na Mata (14333φ.φ745φφ), confluência duma linha de água com o Rio QUINBINGA, constituindo a secção de "BOA ESPERANÇA" (QUIPEDRO).

(2). Presume-se que o In tenha vigias instaladas ao longo da picada para TALACABUCO, nos morros a N. da secção (14333φ.φ745φφ), com domínio sobre o Vale do Rio LUÉGE e a SE região (14342φ.φ7452φ), com domínio sobre a picada TALACABUCO - CALAMBINGA.

(3). Organização do In:

(segundo notícias do apresentado JOSÉ MANUEL DIAS)

Secção da "BOA ESPERANÇA" (QUIPEDRO)

Localização-região (14333φ.φ745φφ)

Efectivo - 4φ "soldados" em 4 casas e 1 "oficial"

Armamento - armas automáticas diversas

Diversos - O paiol encontra-se ligeiramente afastado do "quartel" e instalado numa caverna sobre o Rio QUINBINGA, cujo acesso só é possível pelo leito do mesmo.

b. Forças Amigas

Sem alteração

c. Reforços e cedências

Nada

2. MISSÃO

- Guiado pelo apresentado JOSÉ MANUEL DIAS executar um "golpe de mão imediato" à secção de "BOA ESPERANÇA" (QUIPEDRO) com o fim de aprisionar e aniquilar os elementos In que se revelam, capturar o material e destruir o quartel, batendo em seguida a região.

- Anexo "A" (Transp. O.P.)

3. EXECUÇÃO

a. Conceito da acção a desenvolver

(1). - Com 3φRSC efectuar um golpe de mão sobre o quartel de "BOA ESPERANÇA" (QUIPEDRO) e respectivo paiol.

(2). - Posteriormente bater a região.

(3). - Montar um PITms na região do "Mocho Velho" (143φ.φ746).

(4). - Recuperação das forças empenhadas com 1 GRC ref. c/ Sec. Sap/CCS.

(5). Anexo "A" (Transp. O.P.)

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

Exemplar Nº 3
Flh. 2 de 3 Flhs.

b. Articulação das forças

- Cmt. Cmt/CCAQ 479
- 2 GRSC CCAQ 479
- 8COMDS/5#5 (SOMBRAS)
- 1 GRC CCAQ 479 (P.I. Tna)
- 1 GRC/GCS ref. o/ 1 Sec Sup. (recolha das forças empenhadas).

c. Missão às Sub-Unidades

- Em D

- Concentração em MICULA. Transporte em meios auto de 3 GRSC (2 CCAQ 479 e SOMBRAS), durante a madrugada para a região (1430#.#7462#) onde é iniciado o movimento a pé. As viaturas recolhem a MICULA.
- Aproveitando o período anterior ao alvorecer, procurar atingir a margem esquerda do Rio LUÉ (14314#.#7454#).
- Durante o dia atravessar o referido Rio e atingir as matas na encosta da linha de morros que se estende ao longo da margem direita do Rio LUÉ (1432#.#74525#).
- Permanecer nas referidas matas até ao anoitecer.
- Iniciar a progressão ao anoitecer até atingir a picada MICULA - TALAGANUCO na região (143245.#74515#). Se as condições e permitirem continuar a progressão ao longo do Rio QUINBINGA até atingir a mata onde se encontra o quartel (14333#.#745#). Caso as condições não permitam esta progressão, permanecer na mata até se tornar possível atingir o objectivo.
- Anexo "A" (Transp. O.P.)

- Em D+1

- 1ª Hipótese - caso as forças atinjam o objectivo antes do alvorecer.
 - (1). Executar o golpe de mão ao quartel com 1 GRC e SOMBRAS.
 - (2). Assaltar o paiol com outro GRC.
 - (3). Bater a região do objectivo.
 - (4). Retirar para a picada MICULA - TALAGANUCO afim de se efectuar a recuperação.
- 2ª Hipótese - caso as forças não atinjam o objectivo antes do alvorecer.
 - (1). Progredir durante o alvorecer até atingir as imediações do objectivo.
 - (2). Permanecer na mata e executar o golpe de mão ao alvorecer de D+2.
- Anexo "A" (Transp. O.P.)

- Em D+2

Depois de efectuada a acção retirar para a picada MICULA - TALAGANUCO afim de serem recuperados pelo GRC/GCS que procura abrir a picada até ao contacto com as forças empenhadas.

CONFIDENCIAL



Exemplar Nº 3

Flh. 3 de 3 Flh.

d. Instruções de coordenação

- (1). - Dia D: 28SET65
- Hora H: a indicar
- (2). Acção Psicológica: Serão entregues oportunamente panfletos e certificados de apresentação.

4. ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

a. Munições

- (1). - O pessoal transporta a dotação individual

b. Intendência

- (1). - Viveres
- As tropas transportam consigo no início da acção rações de reserva para 3 dias.
- (2). - água
- Exploração dos recursos locais utilizando halosone

c. Saúde

- (1). - Primeiros socorros
- A cargo dos GRSC
- (2). - Evacuação
- A cargo da FAP em héli até SANTA EULÁLIA

5. COMANDO E TRANSMISSÕES

a. Comando

- PC Cmdt/MCAÇ 505 - NICULA
PC Cmdt/CCAÇ 479 - Acompanha as forças empenhadas

b. Transmissões

Anexo "B" (Transmissões)

ANEXOS

- "A" (Transp. O.P.)
- "B" (Transmissões)

O Comandante

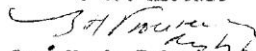
Henrique Calapez Silva Martins
Ten. Cor. Inf.

DISTRIBUIÇÃO

Exemplares nºs 2 e 3 - COMSEC D
" " 4 - CCAÇ 479
" " 5 - CGS/505
" " 1 e 6 - Arquivo

AUTENTICAÇÃO

O OF. ADJUNTO


José Maria Teixeira de Gouveia
Ten. Inf.